

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ  
DEPARTAMENTO DE DIREITO

DANIEL HENRIQUE WERNER

A INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE  
PROCESSO CIVIL

Florianópolis - SC  
Julho de 2013

DANIEL HENRIQUE WERNER

A INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE  
PROCESSO CIVIL

Monografia submetida ao Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Lamy

Florianópolis - SC

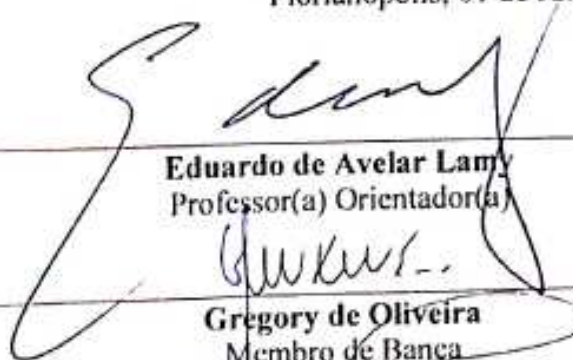
Julho de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

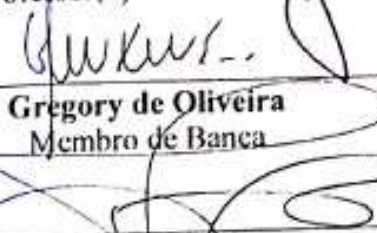
TERMO DE APROVAÇÃO

A presente monografia intitulada "**Intervenção de terceiros no projeto do Novo Código de Processo Civil**", elaborada pelo(a) acadêmico(a) **Daniel Henrique Werner**, defendida em **01/07/2013** e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 6,0 ( seis ), sendo julgada adequada para o cumprimento do requisito legal previsto no artigo 9. da Portaria n. 1886/94/MEC, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução n. 003/95/CEPE.


Florianópolis, 01 de Julho de 2013



Eduardo de Avelar Lamy  
Professor(a) Orientador(a)



Gregory de Oliveira  
Membro de Banca



Fellipe Farinello  
Membro de Banca

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo desenvolver um breve estudo sobre o instituto da intervenção de terceiros no projeto do novo código de processo civil. Começamos por trazer os motivos que deflagraram a iniciativa de se fazer um novo código. Em seguida estudamos os diferentes tipos de partes em um processo e conceituamos partes e terceiros de forma útil ao trabalho. Em seguida demonstrou-se como está o instituto da intervenção no código de processo civil atual terminando com um panorama de como ficaria o instituto caso o projeto fosse aprovado com a redação até o momento da elaboração desse trabalho.

**Palavras-Chave:** Código, processo, código processo civil, CPC, PLS 166/2010, reforma, partes, terceiros, assistência, oposição, nomeação, denunciação, chamamento, amicus curiae.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 PERSPECTIVA GERAL E JUSTIFICATIVA PARA O PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO .....</b>	<b>9</b>
1.1 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166 DE 2010 .....	9
1.2 RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DO SENADO DE 2012.....	11
<b>2 PARTES NO PROCESSO .....</b>	<b>14</b>
2.1 CONCEITO DE PARTE.....	14
2.2 PARTES NO SENTIDO FORMAL .....	16
2.3 PARTES NO SENTIDO MATERIAL .....	17
2.4 PLURALIDADE DE PARTES .....	18
2.5 LEGITIMAÇÃO PARA O PROCESSO .....	21
2.6 A SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL .....	22
2.7 TERCEIROS E SUA INTERVENÇÃO .....	23
<b>3 INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 .....</b>	<b>26</b>
3.1 ESPÉCIES .....	26
3.1.1 ASSISTÊNCIA.....	26
3.1.2 OPOSIÇÃO .....	29
3.1.3 NOMEAÇÃO À AUTORIA .....	32
3.1.4 DENUNCIAÇÃO DA LIDE .....	33
3.1.5 CHAMAMENTO AO PROCESSO .....	35
3.1.6 AMICUS CURIAE .....	37
<b>4 INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....</b>	<b>40</b>
4.1 INSTITUTOS EXTINTOS .....	40
4.1.1 OPOSIÇÃO .....	41
4.1.2 NOMEAÇÃO À AUTORIA .....	42
4.1.3 COMENTÁRIOS.....	43
4.2 INSTITUTOS PRESENTES NO NOVO CÓDIGO .....	44
4.2.1 ASSISTÊNCIA.....	44
4.2.2 DENUNCIAÇÃO DA LIDE .....	45

4.2.3 CHAMAMENTO AO PROCESSO .....	48
4.2.4 <i>AMICUS CURIAE</i> .....	49
4.2.5 COMENTÁRIOS.....	51
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

Atualmente o sistema judiciário vem sofrendo inúmeras críticas de várias naturezas, porém a mais discutida é a morosidade de todo o processo judiciário.

A doutrina e o legislativo, em consonância com o problema, vêm buscando soluções para a morosidade excessiva dos processos. Dessa forma vem elaborando um novo código de processo civil para, dentro de diversos objetivos, buscar uma maior celeridade a todo o sistema.

Neste estudo será descrito e apresentado o instituto da intervenção de terceiros presentes no atual Código de Processo Civil (CPC), elaborado em 1973, e comparado com o instituto proposto no Projeto do Novo Código de Processo Civil (PNCPC) identificado como PLS 166/2010 (Projeto de Lei do Senado 166 de 2010). O PLS 166/2010 foi, posteriormente, alterado pelo Relatório da Comissão do Senado Federal, destinada a emitir um parecer, em 2012, com mudanças no projeto que está tramitando no poder judiciário, tratado nesse trabalho como Relatório de 2012.

O objetivo principal desse trabalho é ser uma ferramenta útil para quem quer ficar atualizado com as mudanças que estão por vir, tocante a intervenção de terceiros, quando o novo CPC for aprovado. Sendo assim apresentaremos como o instituto da intervenção é hoje, de acordo com o CPC atual, e como poderá ficar esse instituto com a aprovação do projeto, situando e preparando o leitor para as mudanças a vir.

Demonstraremos as diferenças que esse instituto sofreu fazendo uma comparação ao Código de Processo Civil (CPC) atual com o Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil (ANCP).

Mostraremos quais foram os institutos que permaneceram no código e quais foram retirados, ou modificados, no texto do projeto.

O presente trabalho de conclusão de curso divide-se em quatro capítulos.

O primeiro capítulo traz uma perspectiva geral apresentada no projeto e no relatório de 2012, apresentando os comentários feitos pela comissão de elaboração e pela comissão que elaborou o relatório posterior.

O segundo capítulo traz os conceitos básicos de partes em um processo, a maneira que terceiros se relacionem com um processo e o conceito de terceiros que farão a intervenção. Não pretendemos fazer um estudo minucioso de partes, tão pouco trazer um rol de conceitos diferentes. Procuramos apresentar um conceito que seja útil a esse trabalho.

O terceiro capítulo tratou de conceituar e trazer os institutos presentes no CPC 1973, fazendo uma relação pontual das modalidades de intervenções presentes no código.

Por fim, no quarto capítulo, discorremos sobre as regras propostas no ANPC e as alterações que o instituto sofreu pelo projeto, mostrando quais institutos permaneceram no código proposto e quais institutos foram extintos através de modificações ou fusões, e finalmente demonstrando algumas alterações que o relatório de 2012 fez ao PLS 166/2010. Serão mostradas também algumas opiniões de juristas sobre as mudanças ocorridas com a retirada e modificações que o instituto sofreu.

O método utilizado foi o científico dedutivo. A técnica de pesquisa empregada foi basicamente bibliográfica buscando-se uma investigação através de doutrinas, livros, artigos e fontes on-line de informação. Podemos classificar essa pesquisa como sendo qualitativa, teórica e descritiva.



## **1 PERSPECTIVA GERAL E JUSTIFICATIVA PARA O PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO**

Tivemos dois importantes passos na elaboração do novo código de processo civil brasileiro que vale a pena mencionar. A elaboração do Projeto de Lei do Senado nº 166, conhecida como PLS 166/2010 e a elaboração do relatório elaborado por uma comissão especial do senado federal destinada a proferir um parecer ao projeto de lei nº 8.046 de 2010, do senado federal, que teve a sua origem a partir do PLS 166/2010.

Dentro de cada documento encontramos as justificativas que levaram à elaboração de um novo código de processo civil, dando uma perspectiva geral da intensão do legislador e da motivação para essa reforma do código.

De acordo com os motivos apresentados consegue-se destacar que a celeridade é uma grande preocupação visto que o sistema judiciário vem sofrendo inúmeras críticas em relação à morosidade em que os processos levam para tramitar desde a sua entrada até o seu desfecho.

Vejamos o que diz o projeto original PLS 166/2010 e o que apresenta como justificativa o relatório de 2012.

### **1.1 Projeto de Lei do Senado nº 166 de 2010**

O PLS 166/2010 traz, na exposição de motivos de sua elaboração, uma série de objetivos que a comissão tem e a motivação que ela teve para elaborar um novo CPC.

Podemos retirar cinco principais objetivos do Projeto, que são:

- 1) A necessidade de que fique evidente a harmonia da lei ordinária em relação à Constituição Federal da República fez com que se incluíssem no Código, expressamente, princípios constitucionais, na sua versão processual.
- 2) Pretendeu-se converter o processo em instrumento incluído no contexto social em que produzira eleito o seu resultado. Deu-se ênfase à possibilidade de as partes porem fim ao conflito pela via da mediação ou da conciliação,

3) Com a finalidade de simplificação, criou-se a possibilidade de o réu formular pedido independentemente do expediente formal da reconvenção, que desapareceu. Extinguiram-se muitos incidentes: passa a ser matéria alegável em preliminar de contestação a incorreção do valor da causa e a indevida concessão do benefício da justiça gratuita, bem como as duas espécies de incompetência.

4. O novo sistema permite que cada processo tenha maior rendimento possível. Assim, e por isso, estendeu-se a autoridade da coisa julgada às questões prejudiciais.

5. A Comissão trabalhou sempre tendo como pano de fundo um objetivo genérico, que foi de imprimir organicidade às regras do processo civil brasileiro, dando maior coesão ao sistema. (BRASIL, PLS 166/2010, pg. 15 e seguintes)

Assim, poderemos dizer que a palavra chave do PLS 166/2010 é a celeridade.

Arruda Alvim, em texto publicado na internet, logo no início do artigo intitulado “Notas sobre o Projeto de novo Código de Processo Civil”, esclarece que:

A filosofia do PLS 166/2010 nas suas linhas mais gerais, é a seguinte: não se pretendeu fazer uma mudança radical ou brusca, ate porque as mudanças radicais em direito geralmente não se justificam e, se feitas, não geram resultados satisfatórios.

Procurou-se manter o que seria aproveitável do Código vigente e incorporar novidades tendo em vista uma resposta mais atual aos problemas que afligem os operadores do Direito. (ALVIM, 2011)

Ainda em referido texto o professor continua apontando os principais pontos do PLS 166/2010, que são, primeiro:

Além disso, da estrutura do Projeto extrai-se, em primeiro lugar a intenção de imprimir-se maior organicidade e simplicidade à normativa processual civil e ao processo, com o objetivo de fazer com que o juiz deixe, na medida do possível, de se preocupar excessivamente com o processo, como se fosse um fim em si mesmo, procurando deslocar o foco da atenção do julgador para o direito material. Com isto, pretende-se descartar uma “processualidade excessiva”, desvinculada do objetivo primordial de solução do conflito pelo direito material. (ALVIM, 2011)

E segundo:

Outro ponto importante a ser frisado é a extrema cautela do Projeto quanto à manutenção da segurança jurídica e da estabilidade da jurisprudência. Procurou-se, como se verá mais adiante, incentivar a uniformidade da jurisprudência e sua estabilidade, e, ao mesmo tempo, conferir maior rendimento (i.e., efetividade) a cada processo, individualmente considerado. (ALVIM, 2011)

Teresa Arruda Alvim Wambier, relatora do Anteprojeto do NCPD entregue ao senado Federal, convertido então no PLS 166/2010, em artigo intitulado “Anotações sobre o PLS 166/2010, para um novo Código de Processo Civil”, sintetiza a ideia do Projeto:

Tendo como pano de fundo a finalidade de deixar evidente a influência da Constituição Federal no processo, como decorrência da subordinação desta àquela, procuramos criar um sistema novo, resolvendo problemas a respeito dos quais se queixa a comunidade jurídica, simplificar o procedimento e dar rendimento a cada processo, em si mesmo considerado. Pretendeu-se, também, dar coesão ao conjunto de regras que disciplinam o processo civil brasileiro, que, por terem passado por incontáveis alterações nesses últimos 20 anos, acabou perdendo a sua forma sistemática, o que acabou criando indesejáveis problemas, que prendem indevidamente a atenção do juiz. De fato, no sistema atual, muitas vezes o centro da atenção do magistrado se desloca para questões processuais, o que consiste, sem dúvida, numa deformação: o processo é um método. Métodos, quando racionais, devem facilitar, e não criar embaraços. A falta de foco do juiz gera demora. Fruto do desperdício de tempo. Então se pode dizer que dar coesão é simplificar e que tudo isso acaba levando a que o processo tenha duração razoável, conforme exige a Constituição Federal. (WAMBIER, 2011, pg. 75)

Importante para entender a motivação para compreender as inúmeras mudanças propostas na lei e em especial dar um contexto ao tema desse trabalho.

## **1.2 Relatório da comissão especial do senado de 2012**

Em 2011 foi criada e instalada a Comissão Especial para emitir parecer sobre o Projeto de Lei no 8.046, de 2010, oriundo do Senado Federal, que visa implementar o novo código de processo civil brasileiro.

A comissão nomeou o deputado Sérgio Barradas Carneiro como Relator-Geral.

O novo relatório levou em conta mais de 900 emendas apresentadas pelos deputados e apensados 139 projetos que tramitavam pela Casa. Portando nota-se que o PLS 166/2010 sofreu várias modificações desde a sua publicação em 2010.

O novo relatório, da mesma forma que o PLS 166/2010, traz alguns motivos explicando a natureza da necessidade de se impor um novo CPC. Interessante é perceber que o relatório descreve supostas revoluções que o direito brasileiro sofreu desde a Constituição Federal de 1988.

O primeiro motivo que o relatório cita é a natureza jurídica, ou revolução jurídica, onde, desde a última constituição federal, tivemos aprovados diversos dispositivos inovadores. Diz o relatório:

Entre 1973 e 2012, tivemos, para exemplificar, uma nova Constituição Federal (1988), um novo Código Civil (2002) e o Código de Defesa do Consumidor (CDC, 1990) – apenas para citar três exemplos de conjuntos de normas que alteraram profundamente o direito brasileiro. O Código de 1973, por óbvio, não foi elaborado para uma realidade jurídica tão diferente. É preciso construir um Código de Processo Civil adequado a essa nova estrutura jurídica. (BRASIL, Relatório de 2012, pg. 9).

A segunda revolução que o direito brasileiro passou seria a revolução científica. Segundo o relatório:

O Código de Processo Civil deve espelhar o atual momento da ciência jurídica brasileira. Os vários projetos em tramitação mostram que a Câmara dos Deputados sempre esteve atenta para a necessidade de aprimorar as regras que impõem motivação adequada na aplicação dos princípios jurídicos. Além disso, a Câmara dos Deputados tem discutido a possibilidade de consagrar, em enunciados expressos, princípios processuais imprescindíveis para a construção de um modelo de processo civil adequado à Constituição Federal, como os princípios da boa-fé processual e da eficiência. É preciso, ainda, criar uma disciplina jurídica minuciosa para a interpretação, aplicação e superação dos precedentes judiciais: estabelecendo regras que auxiliem na identificação, na interpretação e na superação de um precedente. (BRASIL, Relatório de 2012, pg. 9)

Frente aos avanços tecnológicos cada vez mais presentes em nosso dia a dia, o relatório indica a revolução tecnológica:

O processo em autos eletrônicos é uma realidade inevitável. Pode-se afirmar, inclusive, que o Brasil é um dos países mais avançados no mundo neste tipo de tecnologia. Em poucos anos, a documentação de toda tramitação processual no Brasil será eletrônica. Um novo Código de Processo Civil deve ser pensado para regular esta realidade, total e justificadamente ignorada pelo CC 1973. (BRASIL, Relatório de 2012. Pg. 9)

Finalmente, a última revolução que o direito brasileiro sofreu nas últimas décadas, seria a revolução no plano social. Ele explica:

No plano social, as mudanças foram ainda mais impressionantes. O acesso à justiça foi muito facilitado nos últimos anos; o progresso econômico, com a incorporação de uma massa de consumidores, antes alheia à economia, repercutiu diretamente no exercício da função jurisdicional, com um aumento exponencial do número de processos em tramitação. A massificação dos conflitos, fenômeno bastante conhecido e estudado, é um dado de fato que não pode ser ignorado na elaboração de um novo CPC. A Comissão de Juristas e o Senado propuseram a criação de instrumentos que visam dar mais racionalidade ao processamento das demandas de massa – dentre estes instrumentos, notabilizou-se o “incidente de resolução de demandas repetitivas”, que tem por objetivo a fixação de uma tese jurídica vinculante, que sirva para a solução de todas as causas homogêneas. Trata-se de um dos pontos mais polêmicos do projeto: quase todos concordam com a sua existência, mas todos reconhecem a necessidade de seu aperfeiçoamento, sobretudo para impedir a instauração de um incidente antes de a discussão estar minimamente amadurecida (não é possível chegar a um consenso sobre uma questão, sem que tenha havido o mínimo

de dissenso). A Câmara dos Deputados trouxe o tema para o centro da discussão e apresentou boas contribuições para o aprimoramento deste novo instituto. (BRASIL, Relatório de 2012, pg. 11)

O PLS 166/2010 já apresentava uma preocupação em adequar o CPC à realidade e, no relatório de 2012, essa necessidade de adequar o CPC às inúmeras mudanças que o direito e sociedade brasileira sofreram nos últimos anos, foi novamente destacadas e descritas.

## **2 PARTES NO PROCESSO**

À medida que o direito foi se tornando mais complexo, e as normas materiais foram se aperfeiçoando, foi surgindo a necessidade de normas que regessem a própria atuação do Estado, estabelecendo regras à sua jurisdição, expressão do poder Estatal.

O Estado, através da sua jurisdição, procura a resolução dos conflitos na forma de lides. Processo é a operação com que o Estado busca a resolução dessas lides seguindo um sistema de princípios e normas legais que disciplina a sua atividade.

O direito processual civil é utilizado para a correta aplicação do direito material e o processo é o instrumento do direito material. Segundo Bueno (2006, p. 10) "Processo (...) é a forma pela qual o Estado-Juiz se manifesta, exerce a sua jurisdição".

O processo é uma relação triangular entre três sujeitos, o autor, o juiz e o réu. O juiz é um sujeito desinteressado, imparcial no processo, enquanto o autor e o réu são as partes interessadas, sujeitos com atitudes parciais, defendendo o seu próprio interesse. As partes compõem os polos ativos e passivos em uma relação jurídica.

Um passo fundamental em nosso estudo é a fixar um conceito de parte e terceiros que sejam úteis a este trabalho, e não entrar em um conceito muito abstrato de parte.

### **2.1 Conceito de Parte**

Buscar um conceito de parte não é uma tarefa tão fácil. Caso se aprofunde nessa análise acabaremos por oferecer um conceito com pouca utilidade para o presente trabalho que é apenas fazer uma clara distinção entre dois sujeitos presentes em um processo, a parte e o terceiro.

Adotamos a linha de pensamento de Bueno (2006, P. 3) preferindo adotar a teoria clássica, simplificada, que segue o entendimento de que parte é quem pede e contra quem se pede alguma espécie de tutela jurisdicional. Para o autor é essa orientação mais útil no tratamento da intervenção de terceiros.

Seguindo essa premissa ficaria fácil identificar quem são os terceiros ao processo:

Partes são os não-terceiros; terceiros são todos os que não são partes. O conceito de parte, nessas condições, é obtido pela negação de quem seja terceiro e vice-versa. (BUENO, 2006, p. 3)

Portanto, para esse trabalho, parte é quem pede e contra quem se pede algum tipo de tutela jurisdicional. Pontes (1974, t. 1, pg. 237) afirmou serem as partes “os polos ativo e passivo da relação jurídica processual em ângulo”.

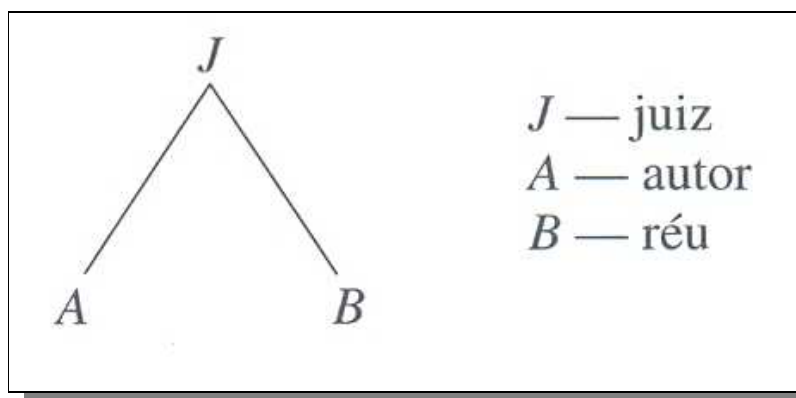


Fig. 1 – Relação triangular entre os sujeitos do processo (BUENO, 2006, p. 3)

De acordo com Carneiro (2009), parte será sempre a pessoa que está postulando o direito, seja por nome próprio ou através de um representante.

Dinamarco (2009, p. 17) afirma que partes:

São todos aqueles que, tendo posto uma demanda um juízo (inclusive em processo pendente), tendo sido citados, sucedendo a parte primitiva ou ingressando em auxílio da parte, figuram como titulares das diversas situações jurídicas ativas ou passivas inseridas na dinâmica da relação jurídica processual (poderes, faculdades, ônus, deveres, sujeição).

Portando o autor e o réu são os principais sujeitos no processo pois sem eles não se completaria a relação processual necessária para que o processo

tenha um efeito, pois para isso acontecer será sempre necessária a existência de pelo menos duas pessoas, alguém que pede e aquele em face de que se pede.

Entretanto, para Dinamarco, essa simplificação no conceito de partes poderia trazer alguma confusão. Nesse sentido complementa Dinamarco:

Essa clássica definição, contudo, contém um quadro extremamente simplificado, que não esgota a realidade atinente aos sujeitos que atuam no processo, merecendo serem realçados os seguintes pontos: a) além do juiz, do autor e do réu, são também indispensáveis aos órgãos auxiliares de justiça, como sujeitos atuantes no processo; b) os juízes podem suceder-se funcionalmente no processo, ou integrar órgãos jurisdicionais colegiados que praticam atos processuais subjetivamente complexos – o que confirma que ele próprio não é sujeito processual, nem o é sempre em caráter singular; c) pode haver pluralidade de autores (litisconsórcio ativo), de réus (litisconsórcio passivo), ou de autores e réus simultaneamente (litisconsórcio misto ou recíproco), além da intervenção de terceiros em processo pendente, com a consequente maior complexidade do processo; d) é indispensável também a participação do advogado, uma vez que as partes, não o sendo, são legalmente proibidas de postular judicialmente por seus direitos. (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO. 2010, p. 318)

Portanto levar em conta somente o conceito simples de parte poderia trazer problemas quando aparecem outros sujeitos que não são as partes originais e também não podem ser considerados terceiros, no ponto de vista da intervenção de terceiros.

Bueno se justifica na adoção do conceito clássico de parte:

Como qualquer proposta de classificação ou de sistematização de um determinado objeto, a distinção que propugnada entre “partes” e “terceiros” só quer ser mais útil possível à luz do objeto estudado, deixando-o o mais claro possível. Não é ela – e nem pretende ser – uma realidade verdadeira, imutável e, muito menos, definitiva sobre a forma, o método ou a maneira de estudar a matéria. O critério de validade de uma classificação reside na sua utilidade. É uma “premissa metodológica”, um ponto de partida. Nada mais do que isso. (BUENO, 2006, p. 11)

Seguindo com a adoção desse conceito clássico de parte passamos então a analisar quais situações em que um outro sujeito se integra ao processo mas não é considerado um terceiro, e sim apenas uma parte.

A doutrina cita uma classificação de parte processual e a parte ligada ao direito material. São chamadas de partes no sentido formal e material.

## 2.2 Partes no sentido Formal



Partes no sentido formal, também conhecida como partes no sentido processual, são todos aqueles que participam ativamente no processo. Incluem os sujeitos que participam do contraditório e influenciam, de maneira ativa e parcial, o andamento da lide e buscam um objetivo parcial e uma sentença a favor dela.

Partes, em pura técnica processual, são os sujeitos do contraditório instituído perante o juiz, ou seja, os sujeitos interessados na relação processual. São todos aqueles que, tendo proposto uma demanda em juízo (inclusive em processo pendente), tendo sido citados, sucedendo a parte primitiva ou ingressando em auxílio da parte, figuram como titulares das diversas situações jurídicas ativas ou passivas inseridas na dinâmica da relação jurídica processual (poderes, faculdades, ônus, deveres, sujeição). (DINAMARCO, 2009, p. 16)

Mesmo que o sujeito não participe da relação de direito material que constitui o objeto da lide ele é considerado parte processual. Assim sendo, mesmo aqueles que fazem parte de maneira ilegítima são considerados partes no sentido formal, apenas por participarem do processo.

É notório que os efeitos da sentença, quando assim em princípio limitadores às partes, poderão atingir com maior ou menor intensidade a esfera de direitos de quem não foi sujeito da relação jurídica processual. Surgem então os *efeitos reflexos da sentença*, como consequência natural da vida em sociedade e dos intrincados modos como pessoas e as próprias relações jurídicas interagem, reciprocamente interferem umas nas outras. Daí ser natural também que a regra da limitação da coisa julgada às partes do processo seja somente um *enunciado de princípio*, (...). Os efeitos indiretos projetados pela sentença sobre situações jurídicas que têm por titulares *terceiros* só serão imperativas e imutavelmente impostas a estes se não se referirem a relações jurídicas suas, incompatíveis com as que hajam sido objeto do julgamento. (DINAMARCO, 2009, p. 15)

## 2.3 Partes no sentido Material

São os sujeitos da relação de direito material, ou seja, aqueles que participam da relação de direito material que constitui o objeto da lide. Temos por ex. o substituído processual que é parte no sentido formal, mas não tem uma relação com o direito material da lide. O substituído processual então não seria parte no sentido material, apenas no sentido processual, enquanto que a parte, titular do direito que está sendo discutido, é a parte em sentido material, mas não no sentido formal.

A parte, em sentido material, é aquele sujeito, presente no processo, onde a decisão judicial irá alcançar, mesmo que o esse sujeito não tenha atuado no processo de maneira ativa, mas que a sentença, de alguma maneira, o atinge ele nos seus efeitos.

Como destacamos anteriormente o sujeito, que foi substituído na substituição processual, não irá atuar ativamente no processo. Porém ele ainda será parte, pelo menos no sentido material, pois ele guarda uma relação com o objeto da lide e os efeitos da sentença serão irradiados diretamente à ele, sendo assim esse sujeito afetado pelos seus efeitos.

## 2.4 Pluralidade de Partes

Pluralidade de partes é a reunião de mais de uma parte em um dos polos da relação processual. No direito brasileiro essa pluralidade de partes é chamada de litisconsórcio.

Segundo BUENO (2006, P. 75), “Litisconsórcio é fenômeno que diz respeito à reunião de mais de uma parte em, pelo menos, um dos polos da relação processual.”

Na obra de Cintra, Grinover e Dinamarco, comentam:

O litisconsórcio é um fenômeno da pluralidade de pessoas, em um só ou em ambos os polos conflitantes da relação jurídica processual (isto é, ele constitui fenômeno de pluralidade de sujeitos parciais principais do processo). (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2010, p. 320)

Essa reunião de partes não é uma intervenção de terceiros, pois não existe uma pessoa externa intervindo em um processo existente. Ocorre sim a coincidência de vários autores pedindo a mesma coisa ou o pedido em face de vários réus distintos.

Bueno observa:

A lei processual, por vezes, *autoriza* que diversas pessoas reúnam-se como autoras para demandar, ao mesmo tempo, em face de um réu comum ou, inversamente, que um só autor demande, desde logo, em face de mais de um réu. Outras vezes, a lei processual *impõe* o litígio conjunto como decorrência natural das relações jurídicas de direito material a ser deduzida em juízo ou porque alguma regra jurídica (de cunho material ou processual, pouco importa) assim o determina. Trata-se pois de vários autores

demandando em face de vários réus ao mesmo tempo, porque são autorizados ou porque são obrigados a isto. (BUENO, 2006, p. 75)

Encontramos na doutrina várias classificações diferentes em relação ao litisconsórcio. O importante é saber que essas classificações são importantes apenas para compreender o seu funcionamento e auxiliar no estudo. Para a intervenção de terceiros basta apenas saber identificar que não existe uma intervenção de terceiro quando ocorre o litisconsórcio.

Quando temos uma pluralidade de sujeitos autores é chamado de litisconsórcio ativo.

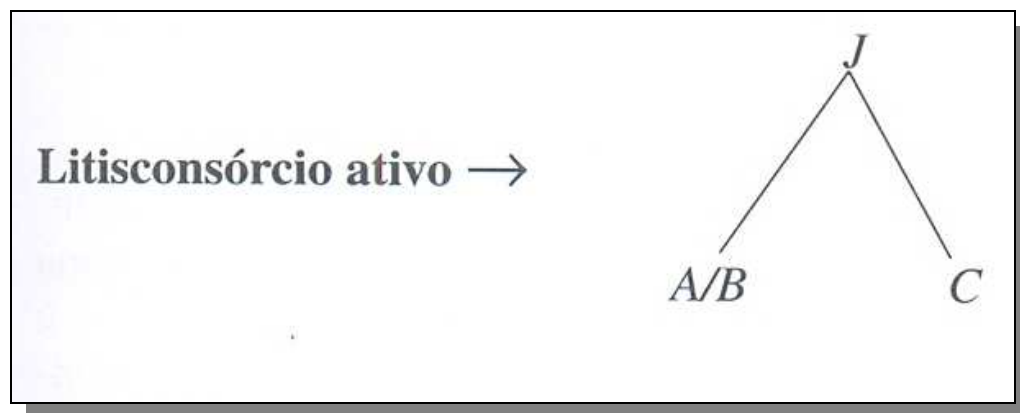


Fig. 2 – Litisconsórcio ativo (BUENO, 2006, p. 7)

E quando temos uma pluralidade de réus ocorre o litisconsórcio no polo passivo.

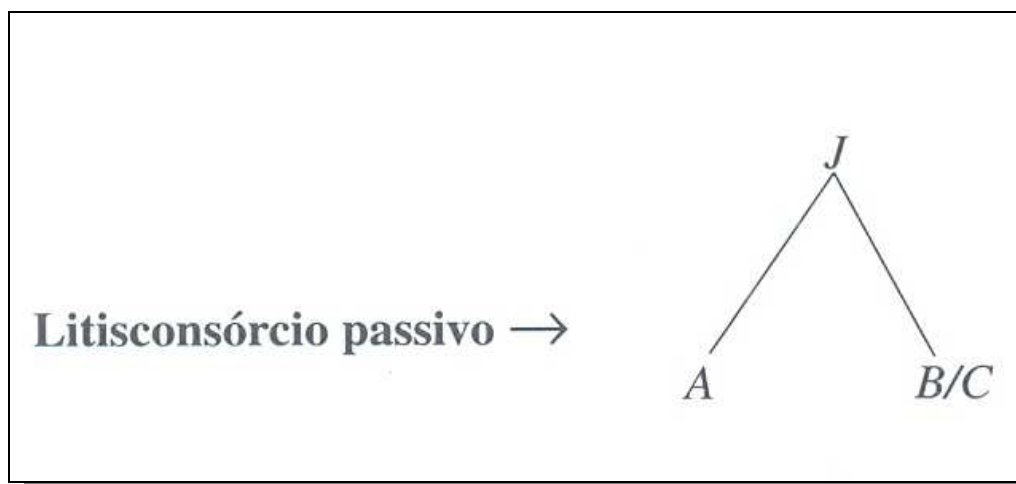


Fig. 3 – Litisconsórcio passivo (BUENO, 2006, p. 8)

Finalmente, até por uma consequência lógica, chamamos a pluralidade de partes tanto do lado do autor quando do réu, de litisconsórcio misto.

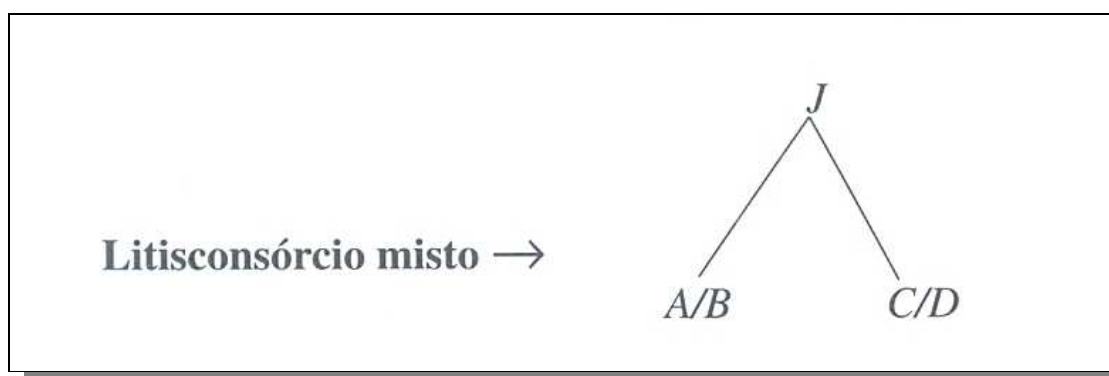


Fig. 4 – Litisconsórcio misto (BUENO, 2006, p. 8)

Importante distinguir a litisconsórcio da intervenção de terceiros pois muitas vezes os dois conceitos podem se confundir.

Dinamarco alerta para esse fato:

Na literatura jurídica brasileira registra-se uma posição de ceticismo no tocante à distinção entre litisconsórcio e intervenção de terceiro, com a afirmação da impossibilidade de chegar-se a conceitos seguros. Tal ceticismo apoia-se na existência de casos definidos como intervenção de terceiro mas nos quais produzem autênticos litisconsórcios – como sucede no *chamamento ao processo*. A explicação que se dá é que, enquanto a intervenção é um fato, o litisconsórcio é uma situação jurídica. A situação litisconsorcial formada pelo fato de o terceiro intervir não desmerece nem

elimina a distinção entre os dois fenômenos processuais. (DINAMARCO, 2009, p. 25)

Deve ficar claro a distinção entre intervenção de terceiros e a pluralidade de partes ingressando em um processo para entender o fenômeno da intervenção e quem o código considera como terceiro interventor.

## 2.5 Legitimação para o Processo

A legitimação está diretamente ligada ao assunto de partes e a intervenção de terceiros, pois, é através da legitimação que conseguimos saber quem é parte em um processo e quem pode, de maneira voluntária ou compulsória, intervir em um processo.

Tradicionalmente se afirma, por força do art. 6º do CPC, que somente o titular do direito alegado tem a legitimidade de pleitear, no judiciário, em seu nome próprio, seu interesse. Essa é a chamada legitimidade ordinária.

A regra geral em termos de legitimidade, ao menos na tutela individual, é consagrada no art. 6º do CPC, ao prever que somente o titular do alegado direito pode pleitear em nome próprio seu próprio interesse, consagrando a legitimação ordinária, com a ressalva de que o dispositivo legal somente se refere à legitimação ativa, mas é também aplicável para a legitimação passiva. A regra do sistema processual, ao menos no âmbito da tutela individual, é a legitimação ordinária, com o sujeito em nome próprio defendendo interesse próprio. (NEVES, 2010, p. 89)

Fazendo uma ligação entre a intervenção de terceiros e a legitimidade para ser parte no processo, Dinamarco comenta:

Compete à lei descrever essas *situações legitimantes* e determinar o modo como cada terceiro é admitido a intervir, fazendo-o segundo regras inerentes à sensibilidade do legislador e, naturalmente, levando em conta a experiência milenar transmitida pela doutrina. No direito brasileiro e nos países de cultura jurídica romano-germânica em geral, têm-se hipóteses de legitimidade *ad interveniendum* por iniciativa do terceiro (intervenção voluntária) ou por iniciativa da parte (coata). Nas primeiras o terceiro passa à condição de parte no momento em que toma a iniciativa de ingressar no processo pendente; nas segundas, quando é citado. (DINAMARCO, 2009, p. 25)

Através da legitimidade ordinária e extraordinária conseguimos identificar quem são, ou serão, as partes em dado processo, e conseqüentemente quem serão os terceiros ligados a ele.

Importante saber fazer essa diferenciação para entender o conceito de terceiro interventor ao processo.

O litisconsorte necessário não implica em uma intervenção de terceiro pelo fato de que “tais pessoas realmente são *partes originárias*, cuja *citação* o autor deveria ter requerido na petição inicial.” (CARNEIRO, 2009, p. 71)

## 2.6 A Substituição Processual

O CPC dispõe expressamente que: “Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.” (BRASIL, CPC, art. 6º)

Carneiro explica que (2010, p. 47), “Salvo quando autorizado por lei. Esses são os casos excepcionais de legitimação extraordinária, quando alguém pode sustentar em juízo, como parte, um direito cuja titularidade o autor afirma pertencer a outrem”.

De acordo com Hugo Nigro Mazzilli,

A legitimação extraordinária é a possibilidade de alguém, em nome próprio, defender interesse alheio. Chama-se ela legitimação de extraordinária por ser excepcional e depender da expressa autorização legal. Quando ela ocorre, configura-se verdadeira substituição processual, inconfundível com a representação. Na representação processual, alguém, em nome alheio, defende o interesse alheio (como é o caso do procurador ou mandatário); já na substituição processual, alguém, que não é procurador ou mandatário, comparece em nome próprio e requer em juízo a defesa de um direito que admite ser alheio. (Mazzilli apud ALVES, 2008, P. 119)

Deixando essa questão mais clara, Bueno ensina:

O substituto processual só pode ser entendido como parte do ponto de vista processual, assumindo, como fiz, ser esta “ruptura?” entre os planos do processo e do direito material útil para fins didáticos. É o substituto que, em nome próprio, pleiteia o reconhecimento de direito alheio (CPC, art. 6º). Partindo das premissas que norteiam este trabalho e admitindo, pois, que parte é quem pede e aquele em face de quem se pede alguma coisa em juízo, dúvidas não pode haver de que o substituto processual é parte. Que seja parte “só” no sentido processual, mas “parte” ele é justamente porque conduz o processo, desde a formulação do pedido por ele ou em face dele, embora a “razão” de ostentar esta qualidade possa repousar no direito material, é dizer, fora do processo. (BUENO, 2006, p. 55)

Portanto a substituição processual não é uma intervenção de terceiros. É o próprio substituto que irá figurar como autor e propositor da ação.

Primeiramente ocorre a substituição, para então ocorrer a propositura da ação pelo autor e formar-se a relação processual, autor, juiz e réu.

## 2.7 Terceiros e sua Intervenção

Chegamos então ao conceito de terceiro em um processo. Sabendo quem são as partes originais, os litisconsortes e o substituído processual, fica fácil identificar quem são os sujeitos terceiros ao processo.

Baseando-se no conceito de parte proposto no item 2.1 desse trabalho, entendemos que, no plano do direito material, terceiro será todo aquele que não for o autor nem o réu em um processo. No plano do direito processual, terceiro será todo aquele que não for parte no processo.

Seguimos o entendimento de Bueno:

É a proposta de classificação que me parece a mais útil para os fins deste trabalho, que busca analisar os terceiros em contraposição às partes. Entender que “parte” é todo aquele que faz parte da relação processual – ou, de forma mais técnica, é todo sujeito do contraditório – é ampliar demasiadamente o objeto do trabalho e, para fins aqui propostos, frustrar de antemão a tentativa de identificação daqueles que são terceiros. Melhor restringi-la para quem “provoca” a jurisdição e perante quem se pede a prestação da tutela jurisdicional. (BUENO, 2006, p. 3)

Praticamente terceiro são todos aqueles que não são partes em determinado processo. Dentre esse grupo existem os terceiros indiferentes à relação jurídica em questão e existem os terceiros juridicamente interessados.

O terceiro juridicamente interessado, apesar de não fazer parte do processo, é atingido por reflexos jurídicos e pelos efeitos da sentença, geralmente acarretando algum prejuízo de fato e jurídico. Essa é a chave para determinar quando um terceiro terá legitimidade para intervir em um processo.

Bem frisado Bueno ensina:

Para a distinção entre “parte” e “terceiro”, colho e adoto a clássica orientação de Chiovenda no sentido que é parte quem pede e contra quem se pede alguma espécie de tutela jurisdicional. É terceiro todo aquele que não pede ou contra quem nada se pede em juízo. Partes são os não terceiros; terceiros são todos os que não são partes. O conceito de parte, nestas condições, é obtido pela negação de quem seja terceiro e vice-versa. O “ser” terceiro, para os fins relevantes de estudo sobre as formas pelas quais ele pode intervir, não se relaciona, em um primeiro momento, como o

participar do contraditório e ser sujeito de direitos, deveres, faculdades, ônus e obrigações no plano do processo. (...) O que me parece mais perto para distinguir os “terceiros” das “partes”, pois, é o momento imediatamente anterior à sua intervenção. É saber, dada uma relação jurídica processual, dado o exercício de uma demanda que recai sobre determinados bens, a partir de determinado fundamento, a quem, diretamente, ela diz respeito e a quem, ao menos em tese, podem dizer respeito seus efeitos regulares. (BUENO, 2006, p. 5)

Dinamarco (2009, p. 17) diz que terceiro é aquele que é sujeito de uma relação compatível na prática com a decisão passível de ser pronunciada entre as partes, mas que dela pode receber algum prejuízo de fato atingindo a esfera jurídica.

Portando, para que um terceiro passa intervir em um processo ele precisa, necessariamente, ser juridicamente interessado, não bastando apresentar somente um dano afetivo, moral ou financeiro em decorrência do processo ou seu desfecho.

Lembrando que algumas intervenções de pessoas externas ao processo podem ocorrer como o litisconsórcio e a substituição, discutidos no capítulo 2 desse trabalho.

Frisando o que foi discutido no item 2.6, também não é intervenção de terceiros a substituição processual, que, de acordo com o art. 41, 42 e 43 do CPC, trata da substituição das partes em decorrência de morte de uma delas ou a alienação da coisa a título particular, por ato entre vivos.

Segundo Dinamarco (2009, p. 20) no direito brasileiro a intervenção de terceiros deve estar descrita na lei, e compete a ela descrever essas situações em que cada terceiro é legitimado a intervir, levando em conta as regras impostas pelo legislador e a experiência transmitida pela doutrina dominante.

O modo em que se admite a intervenção de terceiros e as situações em que o terceiro é legitimado a intervir são descritos no CPC. O legislador define, taxativamente, as regras, procedimentos e as espécies de intervenção de terceiros.

No nosso ordenamento foram definidas duas subespécies de intervenções de terceiros, uma voluntária, pelo próprio terceiro, e uma compulsória, a pedido de uma parte. Portanto o terceiro pode entrar no processo de maneira voluntária sempre que se sentir juridicamente lesado e a lei o permitir, ou por exigência de uma das partes de acordo com as mesmas regras.



É através do grau de intensidade em que o terceiro está ligado ao objeto da ação determina qual a situação legitimante ele possui.

As diversas situações jurídicas em que se colocam os mais variados terceiros são avaliadas, para efeito da admissibilidade de intervirem no processo (voluntariamente ou por exigência de uma das partes), pelo modo como se relacionam com a pretensão posta com vista à tutela jurisdicional – ou seja, pelo modo como se relacionam com o *objeto do processo*. (DINAMARCO, 2009, p 24)

De acordo com Dinamarco (2009) o fato de um terceiro ingressar no processo não cria uma nova relação processual apenas torna a relação entre o autor, o juiz e o réu um pouco mais complexa. Sabendo exatamente como diferenciar os diversos sujeitos no processo, principalmente quem é parte e quem é terceiro, levando em conta os conceitos discutidos nesse capítulo, poderemos entender e enquadrar cada um nas hipóteses de intervenção existentes no código. Lembrando que, após a intervenção de um terceiro em um processo pendente, esse sujeito interventor passará a ser considerado parte no processo (parte no sentido processual, ou formal), pois ele ingressa no processo para tentar influenciar o rumo e o conteúdo da sentença final.

### **3 INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973**

No CPC de 1973 temos as seguintes modalidades de intervenção de terceiros:

- Assistência, embora prevista em capítulo fora da intervenção de terceiros, é considerada modalidade de intervenção de terceiros tanto pela doutrina e pela jurisprudência. A assistência está descrita nos artigos 50 a 55.

- Oposição, descritos nos artigos 56 a 61.

- Nomeação à autoria, descritos nos artigos 62 a 69.

- Denúnciação à lide, descritos nos artigos 70 a 76.

- E finalmente a modalidade de chamamento ao processo, descritos nos artigos 77 a 80.

#### **3.1 Espécies**

Passamos então a descrever, uma por uma, as modalidades de intervenção de terceiros presentes no CPC atual.

##### **3.1.1 Assistência**

A assistência está presente no CPC de 1973 nos artigos 50 a 55, portanto fora do capítulo destinado à intervenção de terceiros, porém a doutrina considera que é sim uma modalidade de intervenção. Diz os artigos:

Art. 50 - Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la.

Parágrafo único. A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus da jurisdição; mas o assistente recebe o processo no estado em que se encontra. (BRASIL. CPC. 1973)

Art. 51. Não havendo impugnação dentro de 5 (cinco) dias, o pedido do assistente será deferido. Se qualquer das partes alegar, no entanto, que falece ao assistente interesse jurídico para intervir a bem do assistido, o juiz:

I - determinará, sem suspensão do processo, o desentranhamento da petição e da impugnação, a fim de serem autuadas em apenso;

II - autorizará a produção de provas;

III - decidirá, dentro de 5 (cinco) dias, o incidente.

Art. 52. O assistente atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.

Parágrafo único. Sendo revel o assistido, o assistente será considerado seu gestor de negócios.

Art. 53. A assistência não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos; casos em que, terminando o processo, cessa a intervenção do assistente.

Art. 54 - Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente, toda vez que a sentença houver de influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

Parágrafo único. Aplica-se ao assistente litisconsorcial, quanto ao pedido de intervenção, sua impugnação e julgamento do incidente, o disposto no art. 51.

Art. 55 - Transitada em julgado a sentença, na causa em que interveio o assistente, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, salvo se alegar e provar que:

I - pelo estado em que recebera o processo, ou pelas declarações e atos do assistido, fora impedido de produzir provas suscetíveis de influir na sentença;

II - desconhecia a existência de alegações ou de provas, de que o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu. (BRASIL. CPC. 1973)

A assistência é o instituto pelo qual um terceiro, juridicamente interessado, ingressa voluntariamente em uma lide para atuar em favor a uma das partes, buscando uma decisão favorável para si e a parte assistida.

Mesmo com essa intervenção não há qualquer modificação quanto às partes e quanto ao objeto da ação. O terceiro, ao ingressar no processo como assistente, torna-se sujeito do processo, mas não se torna parte.

O pedido de assistência pode ocorrer em qualquer momento do processo até o trânsito em julgado da sentença do processo de conhecimento, desde que esse pedido não suspenda o andamento do processo (BRASIL, CPC, 1973, art. 219).

Para o terceiro poder ingressar como assistente necessita haver interesse jurídico. Não basta haver interesse econômico, moral, político, institucional. Quando uma demanda jurídica afeta direta ou indiretamente a esfera jurídica de uma pessoa que não é parte em uma lide dizemos que ela é juridicamente interessada. Por esse motivo que o terceiro assistente é considerado uma Intervenção de Terceiros pela doutrina.

Um exemplo clássico de interesse jurídico de um assistente é na ação de despejo promovida pelo locador contra o locatário. Existindo sublocação, os direitos dos sublocatários serão diretamente afetados caso a ação for considerada procedente.

De acordo com a 3ª turma do STJ:

O assistente pode ingressar em qualquer fase do processo, mas, sem dúvida, não pode praticar atos que já se esgotaram no tempo, cobertos pela preclusão” (REsp 327.062, Rel. Min. Menezes Direito, ac. 6-5-2002).

De acordo com o texto da lei podemos identificar dois tipos de assistência quanto a sua natureza. A assistência pode ser simples ou litisconsorcial. A assistência simples é também chamada de assistência adesiva e está prevista no art. 52. A assistência litisconsorcial, também conhecida como assistência qualificada, está prevista no art. 54 do CPC.

Esse tipo de assistência é excepcional, bem diferente da assistência simples. A principal diferença entre as duas espécies de assistência está na relação jurídica. Segundo Neves (2010), na assistência litisconsorcial o terceiro é titular da relação jurídica de direito material discutida no processo, sendo diretamente atingindo em sua esfera jurídica pela decisão do processo.

Qualificar o assistente de litisconsorcial não significa dizer que ele é litisconsorte, pois ele nada pede e no processo não se pede nada em face dele. O assistente não é autor nem réu e, conseqüentemente, litisconsorte não é.

O que caracteriza todas as espécies de assistentes é a absoluta indiferença ao objeto do processo ao seu ingresso na relação processual. O que legitima o terceiro a intervir como assistente é a titularidade de uma situação jurídica conexa ou dependente de uma questão debatida em juízo.

A coisa julgada que sobre esses efeitos se formar terá a mesma delimitação objetiva que teria sem essa intervenção.

Vale ressaltar que de acordo com o art. 55 do CPC o assistente fica apenas sujeito às vinculações inerentes ao conteúdo da sentença em relação aos eventuais direitos e obrigações entre o autor e o réu. Portanto ele poderá discutir a coisa julgada, pois ele não fica dentro dos limites subjetivos da coisa julgada.

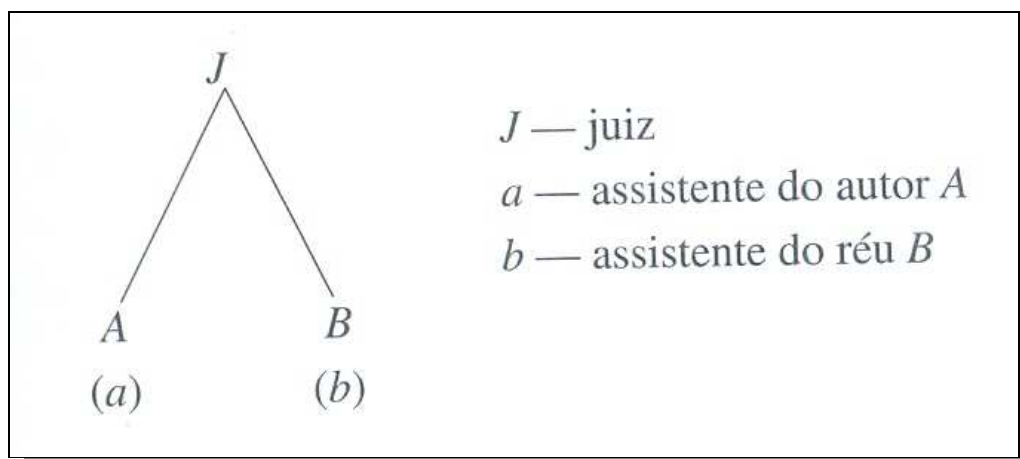


Fig. 01 – O assistente ingressa voluntariamente no processo não como parte, mas apenas como coadjuvante da parte (é “parte secundária”, segundo alguns), isto é, buscando auxiliar a defesa dos interesses do seu “assistido”, que tanto pode ser o demandando como o demandado. Não sendo parte, o assistente *nada pede* para si, não formula pretensão; nem é sujeito passivo de pretensão, pois *contra ele nada é pedido*. (CARNEIRO, 2009, pg. 81)

### 3.1.2 Oposição

Oposição é a demanda mediante a qual terceiro deduz em juízo pretensão incompatível com os interesses conflitantes do autor e réu de um processo cognitivo pendente.

A oposição está presente no CPC de 1973 nos artigos 56 a 61:

Art. 56. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.

Art. 57. O opoente deduzirá o seu pedido, observando os requisitos exigidos para a propositura da ação (arts. 282 e 283). Distribuída a oposição por dependência, serão os opostos citados, na pessoa dos seus respectivos advogados, para contestar o pedido no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. Se o processo principal correr à revelia do réu, este será citado na forma estabelecida no Título V, Capítulo IV, Seção III, deste Livro.

Art. 58. Se um dos opostos reconhecer a procedência do pedido, contra o outro prosseguirá o opoente.

Art. 59. A oposição, oferecida antes da audiência, será apensada aos autos principais e correrá simultaneamente com a ação, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.

Art. 60. Oferecida depois de iniciada a audiência, seguirá a oposição o procedimento ordinário, sendo julgada sem prejuízo da causa principal. Poderá o juiz, todavia, sobrestar no andamento do processo, por prazo nunca superior a 90 (noventa) dias, a fim de julgá-la conjuntamente com a oposição.

Art. 61. Cabendo ao juiz decidir simultaneamente a ação e a oposição, desta conhecerá em primeiro lugar. (CPC 1973)

O conceito de oposição vem descrito no art. 56 do CPC. O artigo determina ser oposição a forma pela qual um terceiro ingressa em um processo para excluir o direito do autor e do réu, pleiteando o objeto da disputa para si. Na oposição o terceiro ingressa no processo para discutir o direito material demonstrando que esse direito não é do autor e nem do réu, mas seu. Segundo Dinamarco

Oposição é a demanda mediante a qual terceiro deduz em juízo pretensão incompatível com os interesses conflitantes de autor e réu de um processo cognitivo pendente. (DINAMARCO, 2009, p. 40)

Portanto o autor da oposição vem a juízo pedir para si algo substancialmente incompatível com os interesses tanto do autor quanto do réu. O autor da oposição quer excluir o direito de ambas as partes.

É interessante observar que a oposição é uma intervenção na forma de uma ação. A intervenção será sempre voluntária fruto exclusivo da vontade do oponente.

O autor da demanda de oposição passa a ser considerada parte no processo perdendo-se a sua qualidade de terceiro.

Para Dinamarco (2009, p. 19) existem duas formas de oposição, a oposição interventiva, que acompanha o processo pendente e a oposição autônoma, que se dá em um novo processo.

A doutrina tem um entendimento uníssono de que a oposição é uma ação, havendo uma distinção quanto ao momento em que ela é interposta, refletindo as situações dos art. 59 e 60 do CPC.

O primeiro tipo é a oposição autônoma, disposta pela lei brasileira para os casos em que a iniciativa do terceiro tiver lugar após iniciada a audiência (BRASIL, CPC, art. 60). Nesse tipo a oposição dá origem a um novo processo e o oponente não se insere entre os sujeitos do primeiro processo.

A oposição autônoma poderá, conforme o caso, ser julgada em conjunto com a causa principal, fazendo com que esta espere a instrução daquela,. Mas, ao deduzi-la, o terceiro dá vida a um novo processo, distinto do que já pendia entre os opostos, e não a um incidente do processo.

Segundo Neves (2010) a oposição autônoma só teria natureza de intervenção de terceiro se, e somente se, o juiz suspender o procedimento da ação principal para que a ação autônoma atinja o mesmo patamar procedimental da ação originária, passando a ter o mesmo procedimento.

O segundo tipo que encontramos é a oposição interventiva. Nesse tipo a oposição será deduzida no mesmo processo em que as partes originariamente litigam. A oposição deverá vir sempre antes da audiência (BRASIL, CPC, art. 59). Nesse tipo de oposição o oponente, que não é parte no processo, mas pretenda o mesmo bem ou direito em torno do qual litigam as partes, tornar-se-á parte sendo inserido na relação processual que já existia.

Na modalidade interventiva, a oposição será necessariamente julgada com a causa principal, dado que ambas se integram num processo só. A oposição interventiva caracteriza-se como um incidente do processo.

Caso a ação de oposição for interposta antes do início da audiência de instrução ela será distribuída por dependência (art. 109 do CPC), apensada aos autos principais, e passará a ter um procedimento em conjunto com a ação originária, inclusive com a prolação de uma mesma sentença (NEVES, 2010, p. 220).

Salienta DINAMARCO (2009, p. 28):

O julgamento da oposição será influente sobre o teor do julgamento da demanda inicial (prejudicialidade), no sentido de que, se for julgada procedente, esta será necessariamente improcedente; só no caso de improceder ou ser extinta é que o julgamento daquela será livre, como se não tivesse oposição nenhuma.

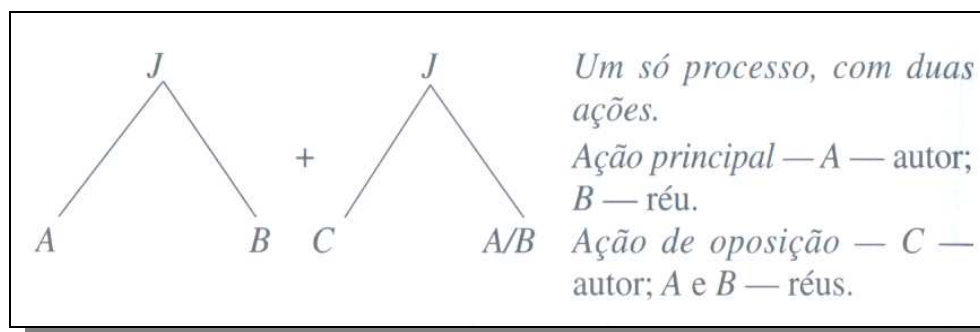


Fig. 02 – O oponente ingressa no processo pendente, apresentando uma “pretensão própria” sobre a coisa ou o direito objeto da lide; busca fazer com que sua *pretensão*, dele oponente, *prevaleça* sobre as pretensões tanto do autor como do réu. A oposição é processualmente *uma nova ação*, em que é autor o terceiro, como *opponente*, e são réus o autor e o réu da ação já existente, como *opostos*. (CARNEIRO, 2009, pg. 82)

### 3.1.3 Nomeação à autoria

O instituto da Nomeação à Autoria foi criado como uma forma de evitar a extinção do processo por ilegitimidade passiva. O sujeito indevidamente acionado no polo passivo indica, através desse instituto, o sujeito verdadeiramente legitimado na ação.

A doutrina chama esse ato de substituição do polo passivo de extromissão de parte, que seria na realidade “uma espécie de sucessão processual” (NEVES, 2010, p. 222).

Procedendo-se a nomeação, e assim sucedido o sujeito ilegítimo pelo legítimo no polo passivo da ação, faz com que a sentença vincule somente o autor e o réu nomeado, sendo que a parte primitiva, que executou a extromissão, será excluída do processo.

No CPC atual são os arts. 62 a 69 que consagram esse instituto.

Art. 62. Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor.

Art. 63. Aplica-se também o disposto no artigo antecedente à ação de indenização, intentada pelo proprietário ou pelo titular de um direito sobre a coisa, toda vez que o responsável pelos prejuízos alegar que praticou o ato por ordem, ou em cumprimento de instruções de terceiro.

Art. 64. Em ambos os casos, o réu requererá a nomeação no prazo para a defesa; o juiz, ao deferir o pedido, suspenderá o processo e mandará ouvir o autor no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 65. Aceitando o nomeado, ao autor incumbirá promover-lhe a citação; recusando-o, ficará sem efeito a nomeação.

Art. 66. Se o nomeado reconhecer a qualidade que lhe é atribuída, contra ele correrá o processo; se a negar, o processo continuará contra o nomeante.

Art. 67. Quando o autor recusar o nomeado, ou quando este negar a qualidade que lhe é atribuída, assinar-se-á ao nomeante novo prazo para contestar.

Art. 68. Presume-se aceita a nomeação se:

I - o autor nada requereu, no prazo em que, a seu respeito, lhe competia manifestar-se;

II - o nomeado não comparecer, ou, comparecendo, nada alegar.

Art. 69. Responderá por perdas e danos aquele a quem incumbia a nomeação:

I - deixando de nomear à autoria, quando lhe competir;

II - nomeando pessoa diversa daquela em cujo nome detém a coisa demandada.



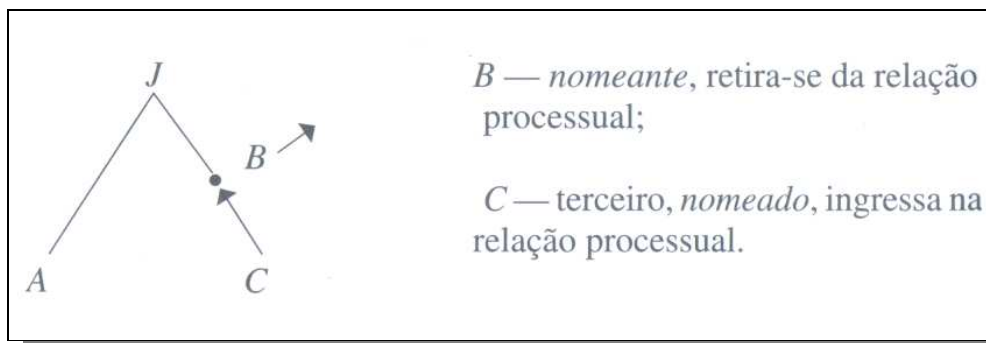


Fig. 03 – Na nomeação à autoria o objetivo visado é substituir o réu pelo terceiro, com o objetivo de afastar da relação processual um réu que seja parte ilegítima *ad causam*, nela fazendo ingressar um réu legitimado para a causa. O réu que se considera parte ilegítima “nomeia” o terceiro, para que o venha substituir no polo passivo da relação processual. (CARNEIRO, 2009, pg. 82)

### 3.1.4 Denúnciação da lide

Não encontramos exposto na lei o conceito da denúncia da lide, mas a partir do art. 70 do CPC se dá o início do seu tratamento pelo código. Através desses artigos e suas hipóteses de cabimento é que a doutrina formulou um conceito.

Art. 70. A denúncia da lide é obrigatória:

I - ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta;

II - ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada;

III - àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.

Art. 71. A citação do denunciado será requerida, juntamente com a do réu, se o denunciante for o autor; e, no prazo para contestar, se o denunciante for o réu.

Art. 72. Ordenada a citação, ficará suspenso o processo.

§ 1º - A citação do alienante, do proprietário, do possuidor indireto ou do responsável pela indenização far-se-á:

a) quando residir na mesma comarca, dentro de 10 (dez) dias;

b) quando residir em outra comarca, ou em lugar incerto, dentro de 30 (trinta) dias.

§ 2º Não se procedendo à citação no prazo marcado, a ação prosseguirá unicamente em relação ao denunciante.

Art. 73. Para os fins do disposto no art. 70, o denunciado, por sua vez, intimará do litígio o alienante, o proprietário, o possuidor indireto ou o responsável pela indenização e, assim, sucessivamente, observando-se, quanto aos prazos, o disposto no artigo antecedente.

Art. 74. Feita a denunciação pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante e poderá aditar a petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.

Art. 75. Feita a denunciação pelo réu:

I - se o denunciado a aceitar e contestar o pedido, o processo prosseguirá entre o autor, de um lado, e de outro, como litisconsortes, o denunciante e o denunciado;

II - se o denunciado for revel, ou comparecer apenas para negar a qualidade que lhe foi atribuída, cumprirá ao denunciante prosseguir na defesa até final;

III - se o denunciado confessar os fatos alegados pelo autor, poderá o denunciante prosseguir na defesa.

Art. 76. A sentença, que julgar procedente a ação, declarará, conforme o caso, o direito do evicto, ou a responsabilidade por perdas e danos, valendo como título executivo. (CPC 1973)

Neves (2010, p. 228) define a denunciação da lide como um instrumento onde que uma das partes pode trazer ao processo um terceiro que tem a responsabilidade de ressarcir-la pelos eventuais danos causados pelo resultado do processo.

Sobre o mesmo assunto Dinamarco (2009, p. 30), define esse instituto como uma intervenção provocada por uma das partes para sustentar perante a um terceiro o direito de regressar contra ele caso seja vencido na demanda. Com isso ele teria dois objetivos básicos: o primeiro de trazer o terceiro ao processo para atuar como assistente do próprio denunciante e, segundo, para mover-lhe a verdadeira demanda de regresso, caso o denunciante venha a sucumbir e sofrer prejuízos perante o adversário inicial.

Através desse conceito notamos que a denunciação da lide é uma espécie de intervenção coercitiva em que o terceiro é obrigado a entrar na relação judicial estando vinculado a ela. A decisão, portanto, vincula tanto o réu denunciante quanto ao sujeito denunciado.

A denunciação da lide é um incidente processual, instaurado em um processo já existente, com caráter regressivo contra o denunciado.

O tema foi focado também pelo Código Civil, ao tratar, em seu art. 456, da garantia da evicção:

Art. 456. Para poder exercer o direito que da evicção lhe resulta, o adquirente notificará do litígio o alienante imediato, ou qualquer dos anteriores, quando e como lhe determinarem as leis do processo.

Parágrafo único. Não atendendo o alienante à denunciação da lide, e sendo manifesta a procedência da evicção, pode o adquirente deixar de oferecer contestação, ou usar de recursos. (CC, art. 456).

A relação entre o denunciante e o denunciado é eventual, pois o denunciado somente irá ressarcir caso exista algum dano e que o denunciante saia vencido no processo contra o autor. Caso o denunciante saia vencedor no processo inicial a denúncia ficará prejudicada.

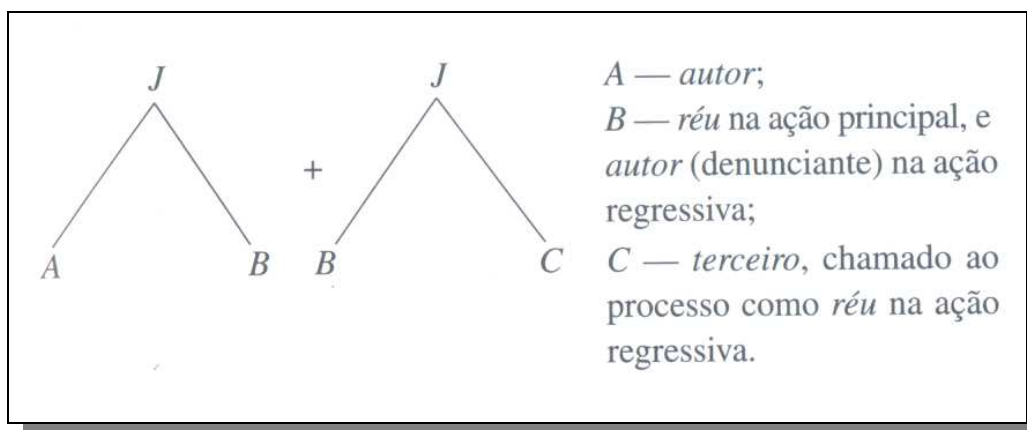


Fig. 04 – Mediante o instituto da “denúnciação à lide”, uma das partes (mais frequentemente o réu), como “denunciante”, *promove no mesmo processo uma “ação regressiva” contra o terceiro* – o “denunciado”. Citado, o terceiro torna-se réu na *ação de denúncia*. . (CARNEIRO, 2009, pg. 83)

### 3.1.5 Chamamento ao Processo

O chamamento ao processo está definido nos artigos 77 a 80 do CPC atual.

Art. 77. É admissível o chamamento ao processo:

- I - do devedor, na ação em que o fiador for réu;
- II - dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles;
- III - de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

Art. 78. Para que o juiz declare, na mesma sentença, as responsabilidades dos obrigados, a que se refere o artigo antecedente, o réu requererá, no prazo para contestar, a citação do chamado.

Art. 79. O juiz suspenderá o processo, mandando observar, quanto à citação e aos prazos, o disposto nos arts. 72 e 74.

Art. 80. A sentença, que julgar procedente a ação, condenando os devedores, valerá como título executivo, em favor do que satisfizer a dívida, para exigi-la, por inteiro, do devedor principal, ou de cada um dos codevedores a sua quota, na proporção que lhes tocar.

Não conseguimos encontrar o conceito desse instituto inserido no texto da lei. Mas conseguimos encontra-lo dentro das hipóteses de cabimento e sua definição no art. 77 do CPC.

Através das hipóteses do artigo conclui-se que se trata de uma garantia onde existe mais de um responsável pelo cumprimento da obrigação perante o autor.

Trata-se de uma intervenção coercitiva uma vez que o terceiro será integrado ao processo, independente de sua concordância, em virtude de um pedido do réu. Uma vez integrado ao processo o terceiro passa a ser parte vinculada à sentença e à coisa julgada material.

Nas situações em que se admite o chamamento ao processo (CPC, art. 77), abra-se ao réu a possibilidade de provocar um litisconsórcio passivo, trazendo à relação processual o legitimado que o autor excluía: é o fiador chamando o devedor principal, ou um cofiador chamando outro, ou um devedor solidário chamando o codevedor.

Segundo Neves (2010, p. 243), o chamamento amplia subjetivamente a demanda originária, através da criação de um litisconsórcio passivo, por vontade do réu, entre o devedor solidário originalmente demandado e os demais devedores solidários chamados ao processo.

Anda Dinamarco (2009, p. 35) conclui que um dos efeitos úteis da integração do terceiro no processo é, para o réu, a obtenção de um título eficaz para promover a execução forçada contra o terceiro no caso dele perder a ação, valendo-se da mesma sentença. Assim ele chama ao processo o terceiro para que possa sub-rogar-se no direito do credor e cobrar os danos sofridos.

De acordo com Bedaque,

A distinção entre chamamento e denunciação é feita à luz da relação material. Enquanto na primeira hipótese de intervenção os chamados passam a ocupar a posição de réus, visto que todos integram a mesma situação da vida e o pedido, embora formulado a um deles, diz respeito a todos, na denunciação existe vínculo apenas entre denunciante, que exerce o direito de regresso, e denunciado, obrigado pela garantia. (BEDAQUE, 2011, pg. 131)

Concluindo o autor escreve,

...na denunciação existe vínculo jurídico no plano material apenas entre denunciante e denunciado; no chamamento, os chamados são devedores do credor comum, não do chamado. (BEDAQUE, 2011, pg. 131)

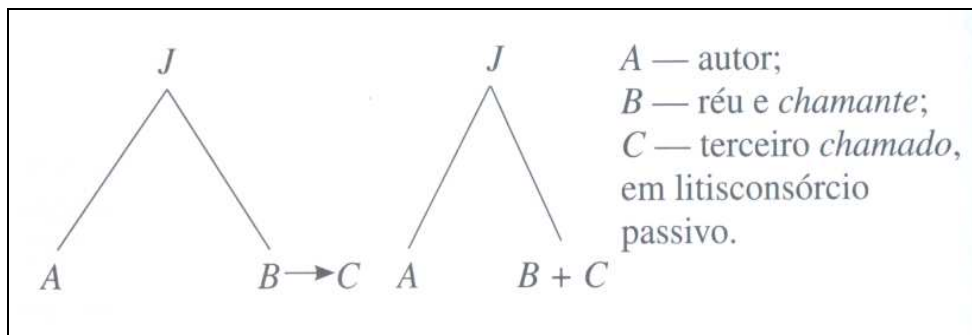


Fig. 05 – Pelo instituto do “chamamento ao processo”, o réu B tem a faculdade de fazer citar um terceiro, para que esse ingresse no processo como *seu* litisconsorte. Amplia-se, assim, pela vontade de B, o polo passivo da relação processual. O credor A pretendia acionar apenas o devedor B, mas passa a acionar não apenas B como também o “chamado” C. (CARNEIRO, 2009, pg. 84)

### 3.1.6 Amicus Curiae

*Amicus curiae* é um termo em latim que significa "amigo da corte".

O *Amicus Curiae* não está presente no capítulo de Intervenção de Terceiros no CPC atual, porém a doutrina considera que essa figura exista e é considerada uma espécie de intervenção de terceiro.

A partir de 1999 o *amicus curiae* passou a ser discutido com maior ênfase, pois a Lei 9.868/99, que trata de processo e julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal permitiu que um sujeito juridicamente desinteressado pudesse intervir no processo. Era criada então uma nova forma de intervenção. A lei diz o seguinte:

Art. 7. (...)

§ 2º O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades (BRASIL, Lei 9.868/99, art. 7).

O *amicus curiae* não é parte no processo, atua apenas com o objetivo de contribuir no juízo na formação do seu convencimento, sendo essa atuação desinteressada na causa.

A intervenção do *Amicus Curiae* poderá ser por iniciativa das partes ou do órgão julgador, inclusive monocrático, e não poderá ser impugnada por meio de recurso, mas não legitimará o interveniente a apresentar recurso contra a decisão que vier a ser proferida ao final.

Conforme Bueno,

Amicus curiae deve ser entendido como um especial terceiro interessado que, por iniciativa própria ou por determinação judicial, intervém no processo pendente com vistas a enriquecer o debate judicial sobre as mais diversas questões jurídicas, portanto, para o ambiente judiciário, valores dispersos na sociedade civil e no próprio Estado, que, de uma forma mais ou menos intensa, serão afetados pelo que vier a ser decidido, legitimando e pluralizando, com sua iniciativa, as decisões tomadas pelo Poder Judiciário. (BUENO, 2006, p. 73)

*Amicus curiae* é considerada uma espécie de intervenção de terceiros no processo porque uma pessoa, entidade ou órgão com interesse em uma questão jurídica levada à discussão junto ao Poder Judiciário, intervém, a priori, como parte "neutra", na qualidade de terceiro desinteressado na causa, para servir como fonte de conhecimento em assuntos inusitados, inéditos, difíceis ou controversos, ampliando a discussão antes da decisão final.

Atualmente a manifestação do *amicus curiae* usualmente se faz na forma de uma coletânea de citações de casos relevantes para o julgamento, artigos produzidos por profissionais jurídicos, informações fáticas, experiências jurídicas, sociais, políticas, argumentos suplementares, pesquisa legal extensiva que contenham aparatos para um maior embasamento da decisão pela corte.

Conforme Jose Miguel Garcia Medina:

O *amicus curiae*, à semelhança do que ocorre com o assistente simples. Pode intervir com processo alheio, mas não se toma parte, a despeito de deter grande interesse no desfecho que será dado causa. (GARCIA MEDINA, 2011, p. 91)

Garcia Medina (2011, p. 95) ainda cita que existem as seguintes hipóteses de intervenção do *amicus curiae* no direito brasileiro:

- Art. 31 da Lei 6.385/1976, referente à participação da Comissão de Valores Mobiliários;

- Art. 118 da Lei 12.529/2011 referente á participação do Conselho Administrativo de Defesa Económica;

- Art. 7.º, § 2º, da Lei 9.868/1999, participação de Órgão ou entidades na ação direta de inconstitucional idade e art. 482, § 3.º, do CPC, quanto ao incidente de declaração de inconstitucionalidade;

- Art. 14, § 7.º, da Lei 10.259/2001 — Juizados Especiais Federais — participação de eventuais interessados no julgamento do pedido de uniformização de jurisprudência;

- Arts. 543-A, § 6.º e 543-C, § 4º, do CPC — participação de terceiros na repercussão geral e recursos especiais representativos de controvérsia (nesse caso, participação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia).

Completa ainda Garcia Medina (2011, p. 102) que se deva assegurar a participação da sociedade no procedimento, como forma de assegurar o Estado Democrático de Direito, naqueles casos em que os problemas jurídicos interessam não apenas às partes, mas também a uma parcela mais ampla ou até mesmo toda a sociedade.

## **4 INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

As formas de intervenção de terceiro foram modificadas e parcialmente fundidas. As hipóteses de denunciação da lide e de chamamento ao processo foram fundidas em um só instituto, intitulado de Chamamento ao Processo.

Manteve-se o chamamento ao processo.

No PLS 166/2010 surgiu uma nova modalidade provinda da fusão da denunciação da lide e chamada de denunciação em garantia (BRASIL, PLS 166/2010, arts. 314 a 318), que correspondia à denunciação da lide (BRASIL, CPC, arts. 70 a 76). Como veremos o relatório de 2012 repensou esse.

Na simplificação proposta pelo PNCPC desaparece a oposição.

No Projeto do novo CPC identificamos algumas mudanças importantes e metodológicas sobre o instituto da Intervenção de terceiros. Em primeiro lugar destacamos que o capítulo do instituto foi colocado antes do capítulo da contestação, não constando mais no começo do Código, antes do processo de conhecimento, como no CPC de 1973.

Além disso, introduziu a figura do *amicus curiae* como hipótese de intervenção de terceiros.

Passemos, a seguir, a analisar cada uma das figuras separadamente, especialmente no que diz respeito às mudanças introduzidas pelo projeto.

### **4.1 Institutos Extintos**

O principal motivo da formulação de um novo CPC foi, como descrito nesse trabalho, a celeridade e a economia processual. Visando alcançar esse objetivo decidiu-se pela modificação e pela fusão de alguns dos institutos. O PLS



166/2010 foi um pouco mais radical nas suas mudanças modificando e fundindo alguns dos institutos, pensando ser essa solução para dar celeridade ao processo.

Segundo o PLS 166/2010:

As formas de intervenção de terceiro foram modificadas e parcialmente fundidas: criou-se um só instituto, que abrange as hipóteses de denunciação da lide e de chamamento ao processo. Deve ser utilizado quando o chamado puder ser réu em ação regressiva; quando um dos devedores solidários saldar a dívida, aos demais; quando houver obrigação, por lei ou por contrato, de reparar ou garantir a reparação de dano, àquele que tem essa obrigação. (PLS 166, 2010, pg. 24)

Portanto o PLS 166/2010 propusera que se fundissem alguns institutos com o objetivo de simplificar os mecanismos.

Porém o relatório de 2012 voltou atrás e modificou esse entendimento. A comissão decidiu trazer a denunciação de volta figurando como um instituto próprio.

Descreveremos os institutos que continuam ausentes no projeto após o relatório de 2012.

#### **4.1.1 Oposição**

A Oposição foi retirada do CPC com o projeto do senado e continuou ausente no relatório de 2012.

O oponente não é mais considerado um terceiro interventor, e sim se considera que ele é apenas um autor de uma nova ação.

A pessoa que pretender para si direito ou coisa que já esteja sendo litigada terá que instaurar uma nova relação jurídica.

Portanto, o terceiro, sob a luz do PNCP, não poderá deduzir a sua pretensão na relação processual pendente entre o autor e o réu.

No relatório do senado de 2012, a oposição está presente, mas não figurando como intervenção de terceiro.

A comissão justifica a retirada do capítulo da intervenção de terceiros, desde a PLS 166/2010, com a seguinte alegação:

O projeto do Senado eliminou a oposição como intervenção de terceiro. Esta opção foi, também, com razão, bastante criticada. Houve emendas parlamentares que propunham o retorno da oposição. Foram acolhidas.

É que não há como impedir que um terceiro se oponha a pretensão de ambas as partes – trata-se de um problema de direito material que não será eliminado pela supressão dos artigos que disciplinam processualmente esta demanda. Resgatou-se, assim, a oposição, não como intervenção de terceiro, mas, sim, como procedimento especial. Com isso, dá-se coerência ao sistema: se os embargos de terceiro é uma espécie de procedimento especial, a oposição, que tem função semelhante, também deve assumir a mesma natureza. (BRASIL, Relatório de 2012, pg. 42)

Em face do princípio da economia processual haverá a necessidade de que os processos sejam reunidos, principalmente para que sejam evitadas decisões conflitantes.

#### **4.1.2 Nomeação à autoria**

A Nomeação à Autoria é outro instituto que desaparece com o projeto do novo código.

A defesa da parte acionada indevidamente no processo será de postular a improcedência do pedido contra ele formulado.

O réu, acionado indevidamente nas hipóteses que hoje comporta a Nomeação à Autoria, não tem a responsabilidade ou dever de nomear ao processo a pessoa legítima.

De acordo com o PLS 166/2010 agora ele não terá mais a possibilidade de indicar a parte correta. A responsabilidade recai sobre o autor, que deverá tomar o devido cuidado na hora de formular o seu pedido.

Em relação à alteração do art. 328, o projeto eliminou a nomeação à autoria do sistema processual civil brasileiro. Em seu lugar, prevê, no artigo 328, que, quando o réu alegar ilegitimidade passiva, poderá o autor pedir a citação da parte legítima, arcando com as custas e os honorários decorrentes da exclusão do réu do processo. Há casos, porém, como o da detenção de coisa alheia, que está previsto no artigo 62 do atual Código de Processo Civil, em que o réu ilegitimamente demandado sabe quem é o legitimado passivo. Em casos assim, é dever do réu indicar o correto legitimado passivo, em razão do princípio da cooperação, expressamente decorrente da boa fé processual, expressamente consagrados no próprio projeto. É necessário, então, compatibilizar o artigo 328 com os demais dispositivos do projeto. Por esses motivos, propõe-se a inserção do referido parágrafo único ao artigo 328. Acolhem-se as emendas n. 137 e n. 198 172/2011. Justificativa par. ún. do art. 328. Acolhe-se, em parte, a emenda n. 382/2011. (BRASIL, Relatório de 2012, p. 197)

A nomeação à autoria desaparece sendo que essa forma será situada no plano da correção da legitimidade, definida no art. 328 do PLS 166/2010.

Intervenção de terceiros: Oposição é problema de direito material e sua eliminação do CPC não evitará que o terceiro impugne decisões, mas ao contrário, causará grave problema por eliminar a regulação de como se processa tal impugnação. Modalidades de intervenção de terceiros que forem puramente processuais se pode eliminar, mas esta não (BRASIL, PLS 166/2010, p. 315).

No Anteprojeto ainda é ressaltado:

Nomeação à autoria: eliminar o dever do réu indevidamente citado indicar o réu correto não parecer servir ao processo moderno. Instituto merece reformas, como retirar para o caso de preposto, pois se trata de solidariedade, e mudar redação para dar a entender que se o nomeado não aceitar sofrerá de qualquer modo as consequências da sentença. Chamamento ao processo: colocar tal instituto dentro da denúncia da lide criaria problema para esta, que já tem conteúdo estabelecido e compreendido, e para o sistema processual, pois são situações distintas no plano do direito material (BRASIL, PLS 166/2010, p. 315).

Diz o relatório de 2012 em seu art. 328:

Art. 328. A citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação, e deve ser promovida no prazo de trinta dias, sob pena de ser o chamamento tornado sem efeito.  
Parágrafo único. Caso o chamado resida em outra comarca, ou em lugar incerto, o prazo será de sessenta dias. (BRASIL, Relatório de 2012, p. 879)

#### 4.1.3 Comentários

Até a elaboração desse trabalho pouca literatura se tem a respeito da intervenção de terceiros no PNCP. Contudo, através de uma busca em livros e na rede mundial de computadores, conseguimos extrair alguns comentários a respeito da retirada desses institutos:

Com as atenções voltadas para o novo CPC, percebemos que a comissão responsável pela sua elaboração propõe a supressão de duas espécies interventivas, como tais a oposição e a nomeação à autoria. Discordamos da técnica proposta.  
Embora as duas espécies interventivas não sejam utilizadas em grande volume na dinâmica forense, a supressão forçará o terceiro a propor ação judicial (no caso da oposição), contribuindo para a proliferação de processos, o que deve ser evitado a qualquer custo. (MONTENEGRO FILHO. 2011. Pg. 284)

Montenegro Filho fez esse comentário antes do relatório de 2012, mas parece que a situação não mudou muito no caso da oposição. Considerando a oposição como um procedimento especial ele terá que entrar com um novo processo para opor-se ao processo existente.

Arruda Alvim comenta:

Nessa simplificação, desaparecem a oposição e a nomeação à autoria, sendo que esta última é situada no plano da correção da legitimidade, art. 328 do PLS 166/2010. (ALVIM, 2011)

## **4.2 Institutos Presentes no Novo Código**

Passamos a apresentar os institutos que permanecem presentes no PNCPC após o relatório de 2012.

Permaneceram no projeto a assistência, denunciação da lide, chamamento ao processo e o amicus curiae.

### **4.2.1 Assistência**

A assistência é inserida no Projeto do Novo Código de Processo Civil em um capítulo próprio, inserida no capítulo da intervenção de terceiros, diferentemente do que ocorre no CPC atual.

A assistência é descrita nos art. 316 a 321 e não sofre qualquer modificação significativa.

Continuam previstas as espécies de assistência simples e a assistência litisconsorcial e foram aperfeiçoadas no tocante ao seu texto.

Essa alteração foi necessária para corrigir o equívoco no CPC atual ao apartar a assistência das demais formas de intervenção de terceiros.

Com a modificação trazida pelo projeto a assistência está inserida no capítulo V, local onde está definido o instituto da Intervenção de Terceiros.

Seção I - Da assistência - Subseção I - Disposições comuns

Art. 316. Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.

Parágrafo único. A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus da jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontra.

Art. 317. Não havendo impugnação dentro de quinze dias, o pedido do assistente será deferido, salvo se for caso de rejeição liminar. Se qualquer das partes alegar, no entanto, que falta ao peticionário interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, sem suspensão do processo.

Parágrafo único. Da decisão cabe agravo.

Subseção II - Da assistência simples

Art. 318. O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.

Parágrafo único. Sendo revel ou de qualquer outro modo omissivo o assistido, o assistente será considerado seu substituto processual.

Art. 319. A assistência simples não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.

Art. 320. Transitada em julgado a sentença, na causa em que interveio o assistente, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, salvo se alegar e provar que:

I – pelo estado em que recebera o processo ou pelas declarações e atos do assistido, fora impedido de produzir provas suscetíveis de influir na sentença;

II – desconhecia a existência de alegações ou de provas de que o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu.

Subseção III - Da assistência litisconsorcial

Art. 321. Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente toda vez que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

Parágrafo único. A intervenção do colegitimado dar-se-á na qualidade de assistente litisconsorcial. (BRASIL, Relatório de 2012, p. 876)

Uma novidade trazida pelo relatório de 2012 frente ao PLS 166/2010 é uma maior clareza de quem é o assistente simples e litisconsorcial, separando-os em subseções.

#### **4.2.2 Denúnciação da lide**

A denúnciação da lide vem sofrendo várias modificações ao longo da elaboração do novo CPC. No PLS 166/2010 a denúnciação da lide fora retirada, ou mesclada, com o instituto do Chamamento ao Processo, até então chamado de Chamamento em Garantia.

No texto do PLS 166/2010 ficava dessa maneira:

Art. 330. Também é admissível o chamamento em garantia, promovido por qualquer das partes:

I – do alienante, na ação em que é reivindicada coisa cujo domínio foi por este transferido à parte;

II – daquele que estiver obrigado por lei ou por contrato a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo da parte vencida (PLS 166/2010, p. 122).

Art. 331. A citação do chamado em garantia será requerida pelo autor, em conjunto com a do réu ou por este no prazo da contestação, devendo ser realizada na forma e prazo do art. 328.

Parágrafo único. O chamado, comparecendo, poderá chamar o terceiro que, relativamente a ele, encontrar-se em qualquer das situações do art. 330 (PLS 166/2010, p. 122).

Não está prevista a hipótese do inciso II do art. 70 do CPC atual e nisto consiste a sua principal diferença em relação à Denúnciação da Lide.

Um dos motivos da doutrina extinguir esse instituto e inseri-lo no chamamento ao processo sob o nome de Chamamento em Garantia vem do estudo etimológico dos termos empregados.

No relatório do Senado de 2012 esse instituto volta a figurar como um instituto próprio de intervenção de terceiros. Eis os motivos apresentados pelo relatório:

O Senado propôs a alteração do nome da conhecida denúnciação da lide para denúnciação em garantia. Esta proposta não parece oportuna: mantém-se o instituto, alterando-se o seu nome, o que gera um déficit de compreensão absolutamente desnecessário. Assim, este relatório propõe o retorno da tradicional designação, além da solução de problemas práticos conhecidos sobre a denúnciação da lide, que foram ignorados no projeto do Senado: esclarecimento das ações autônomas de regresso, o regramento da denúnciação sucessiva e a proibição da denúnciação per saltum (revoga-se, assim, o art. 456 do Código Civil, enunciado obsoleto e bastante criticado). (BRASIL, Relatório de 2012, pg. 29)

A denúnciação da lide fica assim, em seu texto corrigido pela comissão de 2012:

#### Seção II - Da denúnciação da lide

Art. 322. É admissível a denúnciação da lide, promovida por qualquer das partes:

I – ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam;

II – àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que for vencido no processo.

§ 1º. O direito regressivo será exercido por ação autônoma:

I – quando a denúnciação da lide não for promovida;

II – nos casos em que a denúnciação for indeferida;

III – nos casos em que a denúnciação da lide não for permitida.

§ 2º Admite-se uma única denúnciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo

promover nova denúncia; neste caso, eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma.

Art. 323. A citação do denunciado será requerida na petição inicial, se o denunciante for o autor, ou no prazo para contestar, se o denunciante for o réu, devendo ser realizada na forma e nos prazos do art. 328.

Art. 324. Feita a denúncia pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.

Art. 325. Feita a denúncia pelo réu:

I – se o denunciado contestar o pedido formulado pelo autor, o processo prosseguirá tendo, na ação principal, em litisconsórcio, denunciante e denunciado;

II – se o denunciado for revel, o denunciante pode deixar de prosseguir em sua defesa, eventualmente oferecida, e abster-se de recorrer, restringindo a sua atuação à ação regressiva;

III – se o denunciado confessar os fatos alegados pelo autor na ação principal, o denunciante poderá prosseguir em sua defesa ou, aderindo a tal reconhecimento, pedir apenas a procedência da ação de regresso;

IV – procedente o pedido da ação principal, pode o autor, se for caso, requerer o cumprimento da sentença também contra o denunciado, nos limites da condenação deste na ação regressiva.

Art. 326. Sendo o denunciante vencido na ação principal, a sentença passará ao julgamento da denúncia da lide; se vencedor, a ação de denúncia não terá o seu pedido examinado, sem prejuízo da condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado. (BRASIL, Relatório de 2012, pg. 878)

No CPC atual, de acordo com o art. 70, a denúncia da lide é obrigatória, e necessita ser feita caso o alienante ou proprietário queira resguardar o direito de evicção ou de ação regressiva. No PNCP, em seu art. 322, resguarda o direito de ação regressiva mesmo que ele não tenha pedido a intervenção ou se o pedido tenha sido indeferido.

No texto do relatório 2012:

A modificação (...) intenta esclarecer a possibilidade de ação autônoma de regresso nos casos em que a denúncia da lide não for permitida, como nos Juizados Especiais ou nos casos de evicção administrativa. (BRASIL, Relatório de 2012, p. 193)

A citação e os prazos são alterados. No CPC atual a citação do réu e do autor é feita em conjunto caso o denunciante for o autor, e no prazo da contestação caso o denunciante for o réu. No PNCP a citação feita pelo autor será feita na petição inicial e caso o denunciante for o réu a citação poderá ser feita no prazo de 30 dias.

Outra alteração que o PNCP traz é a retirada do art. 72 do CPC atual que fixa a suspensão do processo com a ordem de citação.

### 4.2.3 Chamamento ao Processo

O Chamamento ao processo é tratado no PLS 166/2010 na Seção III, entre os arts. 327 e 332 e repete as mesmas hipóteses de cabimento e finalidade do CPC atual.

O Art. 327 do PNCP listava as mesmas hipóteses de cabimento do art. 77 do CPC atual. No relatório de 2012 é incluído um novo inciso nas admissibilidades para o chamamento incluindo no seu texto “daqueles que, por lei ou contrato, são também corresponsáveis perante o autor.” (BRASIL, Relatório de 2012, art. 327)

O art. 328 do PLS 166/2010 estipula que o processo poderá ser suspenso por até 6 meses, ao contrário do código atual em que o processo poderá ser suspenso por no máximo 30 dias (CPC, art. 72).

Art. 328. A citação do chamado será feita no prazo de dois meses, suspendendo-se o processo; findo o prazo sem que se efetive a citação, o chamamento será tornado sem efeito (BRASIL, PLS 166/2010, art. 328).

O relatório de 2012 altera o texto voltando ao prazo de 30 dias para a citação daquele a ser chamado, caso ele resida na mesma comarca, ou em 60 dias para chamados residentes em outra comarca.

De acordo com o PLS 166/2010, o Chamamento ao Processo fora mesclado com o instituto da Denúnciação da Lide, pois, na visão daquele, nada mais é do que a chamada de um terceiro a um processo já existente.

Com o relatório de 2012 isso é revisto, retornando ao capítulo da intervenção de terceiros.

Deve ser utilizado quando o chamado puder ser réu em ação regressiva; quando um dos devedores solidários saldar a dívida, aos demais; quando houver obrigação, por lei ou por contrato, de reparar ou garantir a reparação de dano, àquele que tem essa obrigação. A sentença dirá se terá havido a hipótese de ação regressiva, ou decidirá quanto à obrigação comum.

No relatório do Senado de 2012:

Seção III - Do chamamento ao processo



Art. 327. É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu:

- I – do afiançado, na ação em que o fiador for réu;
- II – dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles;
- III – dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum;
- IV – daqueles que, por lei ou contrato, são também corresponsáveis perante o autor.

Art. 328. A citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação, e deve ser promovida no prazo de trinta dias, sob pena de ser o chamamento tornado sem efeito.

Parágrafo único. Caso o chamado resida em outra comarca, ou em lugar incerto, o prazo será de sessenta dias.

Art. 329. A sentença de procedência valerá como título executivo em favor do réu que satisfizer a dívida, a fim de que possa exigi-la, por inteiro, do devedor principal, ou de cada um dos codevedores a sua cota, na proporção que lhes tocar. (BRASIL, Relatório de 2012, p. 879)

#### 4.2.4 Amicus Curiae

O *Amicus Curiae*, amigo da corte, não está presente no CPC atual. Porém a sua existência já era admitida pela doutrina e jurisprudência por força da Lei 9.868/99, discutida no item 3.1.6. Isso motivou a comissão a fazer com que fosse criada essa espécie de intervenção e colocada junto com as outras formas interventivas.

*Amicus Curiae* é tratado em apenas um artigo no PNCP.

No PLS 166/2010 ele está presente no Capítulo V, Seção I, art. 320 e através do relatório de 2012 ela foi tratado no Capítulo V, Seção V, art. 335.

##### Seção V

##### Do amicus curiae

Art. 335. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a manifestação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de quinze dias da sua intimação.

§ 1º. A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência, nem autoriza a interposição de recursos.

§ 2º. Caberá ao juiz ou relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção de que trata este artigo, definir os poderes do amicus curiae.

§ 3º. O amicus curiae pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas. (BRASIL, Relatório de 2012, p. 881)

O PLS 166/2010 implementou essa forma interventiva seguindo com a opinião da doutrina e prática forense. Para o projeto a intervenção deverá ser possível em qualquer fase do processo, pois a sua finalidade é justamente ajudar,

elucidando a questão controversa. Como o CPC atual não dispõem nada sobre essa forma de intervenção ela fica restrita apenas nos tribunais superiores, por força da Lei 9.868/99.

Percebemos que, além do projeto trazer a figura do *amicus curiae* disposto na lei 9.868/99 ela também ampliou a sua redação regulando um pouco mais as regras da intervenção.

O relatório se justifica:

(...) levando em conta a qualidade da satisfação das partes com a solução dada ao litígio, previu-se a possibilidade da presença do *amicus curiae*, cuja manifestação, com certeza tem aptidão de proporcionar ao juiz condições de proferir decisão mais próxima às reais necessidades das partes e mais rente à realidade do país. Criou-se regra no sentido de que a intervenção pode ser pleiteada pelo *amicus curiae* ou solicitada de ofício, como decorrência das peculiaridades da causa, em todos os graus de jurisdição. Entendeu-se que os requisitos que impõem a manifestação do *amicus curiae* no processo, se existem, estarão presentes desde o primeiro grau de jurisdição, não se justificando que a possibilidade de sua intervenção ocorra só nos Tribunais Superiores. Evidentemente, todas as decisões devem ter a qualidade que possa proporcionar a presença do *amicus curiae*, não só a última delas. (BRASIL, PLS 166/2010, p. 23)

Um dos fundamentos que o relatório de 2012 traz para a manutenção do *amicus curiae* no novo código, ratificando o disposto no PLS 166/2010, como intervenção de terceiros, é:

Embora seja antiga a figura do *amicus curiae*, seu estudo e sua utilização no sistema brasileiro são muito recentes. Sua utilização tem sido frequente no âmbito do controle de constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal e em diversos outros tipos de ações judiciais. O juiz ou relator, em processos judiciais, poderá admitir ou rejeitar a intervenção do *amicus curiae*. A decisão que admite a intervenção é irrecurável, não sendo razoável permitir qualquer recurso, pois isso conspiraria contra a duração razoável do processo. Ademais, é recomendável que haja ampla participação e discussão no processo, revelando-se salutar a ampliação do debate em torno da tese jurídica a ser fixada pelo juízo ou tribunal. Por isso convém prever a possibilidade de o pretense *amicus curiae* poder pedir para manifestar-se. (BRASIL, Relatório de 2012, p.193)

Analisando o novo instituto podemos então afirmar que o *amicus curiae*, no PNCP, se trata de uma intervenção de pessoa natural, órgão ou entidade especializada no assunto em questão que, através de uma solicitação, intervém no processo a fim de sanar eventuais dúvidas ou questões técnicas.

Uma alteração que o relatório de 2012 trouxe em relação ao PLS 166/2010 é a possibilidade do terceiro, de forma voluntária, possa tomar a iniciativa

de solicitar a sua intervenção, enquanto que no PLS 166/2010 essa forma de intervenção teria que partir da vontade do juiz ou das partes.

De acordo com o relatório de 2012:

A consagração expressa de uma disciplina para a intervenção do amicus curiae foi um dos pontos mais elogiados do projeto de novo CPC.

Sucedendo que foi preciso fazer alguns ajustes.

É preciso permitir que a participação do amicus curiae possa ocorrer a seu requerimento – e não apenas a requerimento das partes ou por determinação do órgão jurisdicional.

Finalmente, é preciso prever a delimitação dos poderes processuais do amicus curiae. Como se trata de poderes de um auxiliar da justiça, é conveniente que caiba ao órgão jurisdicional delimitá-los. (BRASIL, Relatório de 2012, pg. 29)

#### 4.2.5 Comentários

Sven, um aluno mestrando em Direito, comenta a respeito do tema em seu blog na internet:

A PLS 166/10 traz o Amicus Curiae de forma curiosa no Capítulo V, como Intervenção de Terceiros no seu artigo 320. Ora, a intervenção de terceiro é forma de tornar-se parte do processo, mas pelo texto do artigo acima, a manifestação não tem como objetivo de tornar parte quem se manifesta sobre o assunto. Trata-se de uma simples manifestação de um terceiro que por se relevante a matéria é juntado com os autos do processo.

Creio que seja um avanço ter a figura de Amicus Curiae no direito processual civil, embora que na minha opinião não deveria ter sido colocado no capítulo de intervenção de terceiros. (Sven, 2011)

Misael Montenegro Filho faz alguns comentários a respeito do amicus curiae:

O amicus curiae é instituto fundado na possibilidade de participação formal de entidades e de institucionais que efetivamente representem os interesses gerais da coletividade ou que expressem os valores essenciais e relevantes de grupos, classes ou extratos sociais.

Não nos encontramos diante de instituto novo, criado pela comissão encarregada da elaboração do novo CPC. Com as atenções voltadas para a legislação infraconstitucional, notamos que o instituto do amicus curiae está previsto nos §§ 7º e 8º do art. 14 da Lei nº 10.259/01, nos arts. 57, 118 e 175 da Lei nº 9.279/96, no art. 5º da Lei nº 9.469/97, apenas para exemplificar.

Dentre as várias denominações empregadas em relação ao amicus curiae, a mais precisa, na nossa compreensão, é amigo da Corte, que pontualmente participa do processo, por ter sido convocado pelo magistrado ou pelo fato deste ter acolhido requerimento formulado pela(s) parte(s), para auxiliar na compreensão dos fatos controvertidos, facilitando a solução do conflito de interesses. O amigo da Corte é um terceiro, mas não se confunde com qualquer dos outros terceiros listados no Capítulo em exame

(assistente, chamado ao processo, denunciado em garantia), já que não tem interesse próprio a preservar. Sua participação no processo se justifica pelo seu conhecimento em relação ao que está sendo discutido, subsidiando o magistrado de informações (quase sempre técnicas), necessárias para esclarecer os fatos controvertidos.

Não obstante a possibilidade de intervenção do amicus curiae, é importante destacar que o magistrado não está vinculado aos esclarecimentos por aquele prestados, de modo que pode despreza-los ou acolhê-los apenas em parte, considerando que o juiz é o destinatário da prova. (MONTENEGRO FILHO. 2011. Pg. 284)

Montenegro Filho faz um comentário muito pertinente quanto à criação do Amicus Curiae afirmando ser útil essa criação. Entretanto devemos ficar atento para constatar, na prática, se a criação desse instituto, da forma como está regulado, irá realmente dar mais celeridade ao processo ou criar um novo mecanismo para protelar o processo.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho de conclusão de curso discutimos sobre a intervenção de terceiros atualmente em vigor pelo código de 1973 e o instituto proposto pelo projeto de elaboração do novo código de processo civil.

A maior dificuldade encontrada na elaboração desse trabalho foi a falta de bibliografia focada no instituto da intervenção de terceiros proposto pela PNCP. Provavelmente a doutrina vem esperando a finalização dos trabalhos das comissões, que podem alterar o texto da lei até a sua aprovação, para então publicar trabalhos nesse sentido.

No primeiro capítulo percebemos, através das justificativas das comissões, como a celeridade é levada em conta como uma premissa na elaboração de um novo CPC. A demanda por um novo código mais célere parece estar no topo das discussões na elaboração desse projeto. O PNCP vem sendo elaborado levando em conta, principalmente, a celeridade e a simplificação dos mecanismos e procedimentos.

O objetivo principal do PNCP foi facilitar o processo, tornando-o mais ágil e coerente, seguindo os últimos movimentos da jurisprudência o principalmente da doutrina dominante, além de tornar o processo mais célere simplificando suas regras e procedimentos.

Na exposição de motivos para a elaboração de um novo CPC são apresentadas justificativas cuja palavras chaves são a harmonia, a conciliação, a simplificação, o rendimento e coesão, mostrando claramente a intenção do legislador que o objetivo fim é a celeridade do processo.

Neste trabalho tratamos também os conceitos de parte no processo, pois sem o claro entendimento na diferenciação dos tipos de partes não conseguiríamos saber quem é o terceiro juridicamente interessado no processo. A confusão sempre parte no momento em que o terceiro entra na relação processual passando a ser parte, deixando de ser um terceiro propriamente dito. Entretanto, mesmo tornando-se parte, ele continua sendo um terceiro interventor a efeitos desse

estudo. Seguindo a orientação de se usar o conceito clássico de parte nos permite visualizar essa diferença com maior clareza.

No terceiro capítulo mostramos como é o instituto da intervenção no CPC atual e conceituamos todos os institutos presentes, permitindo assim partirmos para uma comparação com o instituto proposto pelo PNCPC.

No último capítulo descrevemos, finalmente, como está sendo redigida a lei tratando da intervenção de terceiros no PNCPC. Mostramos como o último relatório de 2012 fez modificações no texto do PLS 166/2012. Através dos comentários feitos nos itens 4.1.4 e 4.2.5 foi possível entender que as modificações vem para corrigir e adequar o CPC com a prática forense atual e aos movimentos que transformaram a realidade jurídica, social e tecnológica da sociedade e do sistema jurídico brasileiro. O Projeto do Novo Código de Processo Civil traz alterações nas regras. Alguns institutos foram extintos e outros mesclados em um só.

A oposição continua presente no projeto, porém não é mais considerada uma espécie de intervenção de terceiros, e sim um procedimento especial da mesma forma que os embargos de terceiros são. O opositor será o autor de uma nova ação.

Outra mudança ocorre com a Nomeação à Autoria. O projeto tomou um caminho mais lógico e célere ao colocar o ônus de citar a parte correta em cima do autor da lide e, através do princípio da cooperação das partes, ao réu, quando ele souber quem é a parte legítima, que deverá indicá-lo na sua contestação. A questão é tratada como uma ilegitimidade da parte e não como uma intervenção compulsória de um terceiro juridicamente interessado.

A assistência agora entra devidamente no instituto da intervenção de terceiros, seguindo a prática forense e a doutrina. Sofreu poucas mudanças além da posição lógica dentro do código e de uma redação um pouco mais clara se referindo aos tipos de assistência.

A Denúnciação da Lide tinha sido retirada do código pelo PLS 166/2010, mesclada com outro nome, chamada de Denúnciação em Garantia. O relatório de 2010 trouxe de volta esse instituto com o seu nome original tornando-o

mais claro. O relatório resolveu fazer essa correção para evitar um déficit de compreensão e resolver problemas práticos conhecidos pela doutrina.

O Chamamento ao Processo continuou com poucas alterações do CPC atual. O PLS 166/2010 manteve as mesmas hipóteses e o relatório de 2012 modificou apenas para trazer uma nova hipótese de cabimento da intervenção, possibilitando a intervenção dos corresponsáveis perante o autor.

Um novo instituto é criado, desde o PLS 166/2010, e mantido pelo relatório, chamado de *amicus curiae*, ou amigo da corte. Uma figura já conhecida nas cortes superiores, que já era considerada como uma intervenção de terceiros, que agora passa a figurar entre as hipóteses de intervenção de terceiros no PNCP. O interventor ingressa ao processo para ajudar, trazer dados e informações a fim de elucidar e ajudar na resolução da causa.

O relatório de 2012 veio trazendo algumas correções ao PLS 166/2010 que a comunidade jurídica achou pertinentes, trazendo alguns institutos de volta ao processo. Percebemos que as mudanças foram bem vindas e ajudam ao processo na medida em que ele permite mais agilidade, com regras mais simples, retirando as ambiguidades e incoerências lógicas presentes no código atual.

Todo o trabalho destinado pelas comissões à elaboração do projeto veio e terá o objetivo maior de trazer uma maior celeridade ao processo.

Para dar uma continuidade nesse estudo poderemos ficar atento às novas publicações da doutrina em relação ao projeto e principalmente após a aprovação do código, monitorando e percebendo o real impacto que o instituto sofreu com a aprovação e implementação das novas regras. Poderemos estudar o impacto, considerando a celeridade. Devemos ficar atentos para saber se as novas regras ajudaram ou não tornar o processo mais rápido, pois essa é a proposta da comissão e sua motivação em criar um novo CPC.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Alexandre Henry. Sentença cível. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2009. ISBN 978-85-7699-127-4.

ALVIM, Arruda. Notas sobre o Projeto de Novo Código de Processo Civil. 2011. Disponível em: <<http://www.arrudaalvimadvogados.com.br/visualizar-artigo.php?artigo=2>>. Acesso em 11/06/2013.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Direito e Processo. São Paulo: Malheiros, 2011. ISBN 978-85-7420-958-6.

BUENO, Cássio Scarpinella. Partes e terceiros no processo civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2006. ISBN 85-02-05508-9.

BRASIL. Código Processo Civil, Lei 5.869/1973 de 01/11/1973. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm)>. Acesso em 11/06/2013.

\_\_\_\_\_, Lei 9.868, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 nov. 1999.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. PLS 166/2010 – Projeto de Lei do Senado, Nº 166 de 2010 - Projeto do Novo Código de Processo Civil. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/Anteprojeto.pdf>>. Acesso em 11/06/2013.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Relatório da COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI NO 6.025, DE 2005, AO PROJETO DE LEI NO 8.046, DE 2010, AMBOS DO SENADO FEDERAL, E OUTROS, QUE TRATAM DO “CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 2012. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/relatorio-cpc-sergio-barradas.pdf>> Acessado em 11/06/2013.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal de Justiça. Embargos à execução. Assistência. Embargos de declaração. Relator Ministro Carlos Alberto Menezes. Minas Gerais: 2001.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Intervenção de terceiros. São Paulo: Saraiva, 2009. ISBN 978-85-02-07375-3.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros, 2010. ISBN 978-85-392-000-9.

DINAMARCO, Candido Rangel. Intervenção de Terceiros. São Paulo: Malheiros, 2009. ISBN 978-85-7420-928-9.



GARCIA MEDINA, José Miguel. Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2011.

MONTENEGRO FILHO, Misael. Projeto do Novo Código de Processo Civil. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN 978-85-224-6296-4.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: Método, 2010. ISBN 978-85-309-3100-1.

PONTES, de Miranda. Comentários ao Código de Processo Civil. Tomo V. São Paulo: Forense, 1974.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Anotações sobre o Projeto de lei 166/2010, para um novo Código de Processo Civil. São Paulo: Saraiva. 2011.